
J. Macêdo S.A.

***Demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	19
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial.....	25
Demonstração do resultado.....	26
Demonstração do resultado abrangente	27
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	28
Demonstração dos fluxos de caixa	29
Demonstração do valor adicionado.....	30
Notas explicativas às demonstrações contábeis	31
Declarações dos Diretores sobre as demonstrações contábeis.....	83
Parecer do Comitê de Auditoria sobre as demonstrações contábeis	84



Relatório da Administração 2020





Mensagem da Administração

Concluimos um ano desafiador, repleto de aprendizados e bem diferente do que pensávamos viver em 2020. Foram inúmeros obstáculos vencidos, o mundo com restrições causadas pela pandemia do Covid-19, mudanças operacionais relevantes dentro da Companhia, ou seja, diversos fatores que poderiam ter comprometido a rentabilidade do negócio, caso não fossem bem administrados.

Com a estratégia focada na mudança da operacionalização do negócio, visando o aumento da eficiência, a redução de despesas e a correta valorização do potencial das marcas, aliada à determinação e união dos que fazem parte do time J. Macêdo, trabalhamos para atenuar os efeitos causados pelas adversidades da pandemia, entregar o resultado desejado aos nossos acionistas, além de assegurar o fornecimento de produtos essenciais para a alimentação das famílias brasileiras, garantindo aos clientes qualidade e variedades de produtos.

Realizamos ajustes na estrutura e no modelo de comercialização e implantamos um novo modelo de logística e distribuição, que nos auxiliou a alcançar relevantes ganhos de eficiência. Com isso, conseguimos reduzir as despesas operacionais em 20% no ano, contribuindo para a obtenção de R\$ 229,1 milhões de EBITDA e R\$ 102,5 milhões de Lucro líquido na controladora e R\$ 205,8 milhões de EBITDA consolidado.

Para o ano de 2021, seguiremos focados num planejamento criterioso e em uma execução precisa, certos de que continuaremos no processo de crescimento dos resultados positivos alcançados em 2020 e determinados na busca do crescimento consistente e sustentável a médio e longo prazos.

A J. Macêdo agradece a dedicação e empenho de seus profissionais, o apoio dos acionistas e investidores e a confiança de seus clientes e fornecedores. Seguiremos persistentes com foco no respeito pelas pessoas e na integridade, em todas as nossas atividades e relações, além de convictos de que estamos preparados para os desafios que estão por vir.

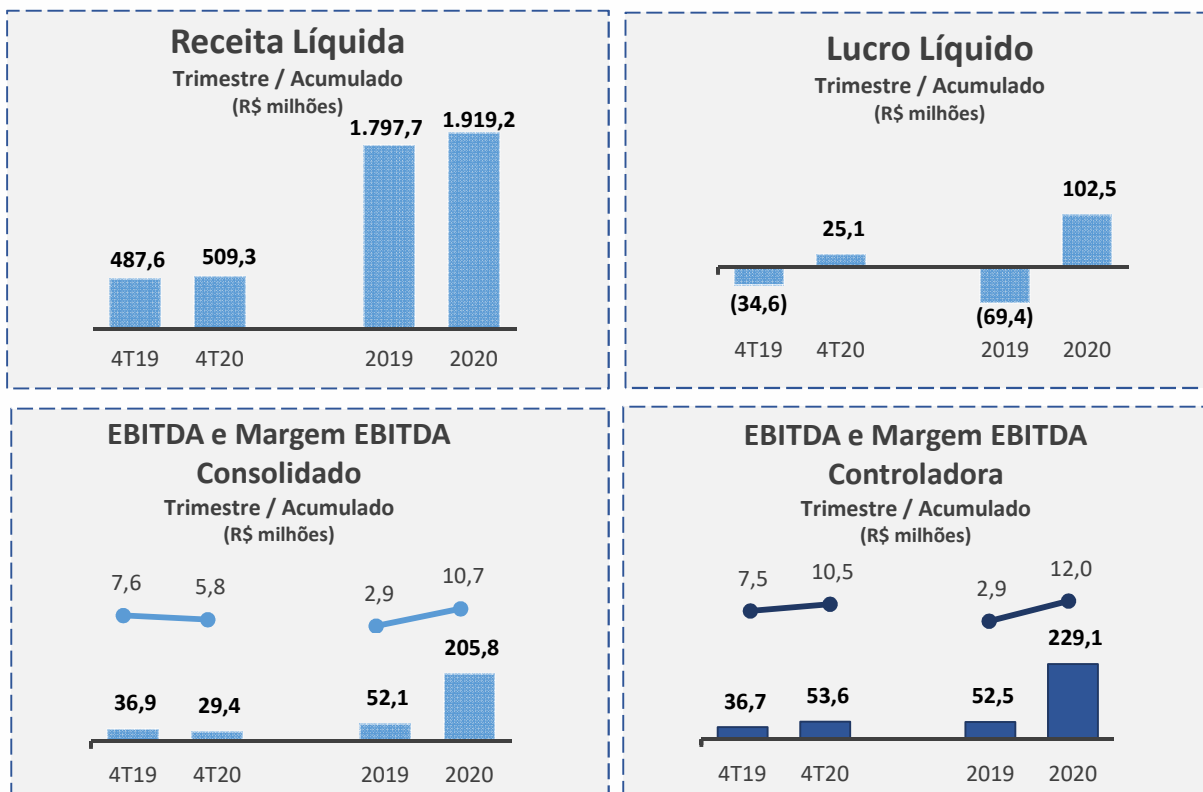
José Honório Gonçalves de Tófoli

Diretor Presidente



Destaques do período

- ☞ A receita líquida no ano foi de R\$ 1.919,2 milhões, um acréscimo de 6,8% em relação ao ano de 2019. No 4T20, o crescimento foi de 4,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 509,3 milhões.
- ☞ As despesas operacionais no acumulado do ano, atingiram R\$ 388,6 milhões, uma redução de 19,9% comparado ao ano de 2019. Contudo, somaram R\$ 120,2 milhões no quarto trimestre de 2020, representando um acréscimo de 7,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.
- ☞ O EBITDA do ano na controladora atingiu R\$ 229,1 milhões com margem 12,0% e R\$ 205,8 milhões no consolidado, um crescimento significativo de 336,4% e 295,0% respectivamente em relação ao ano de 2019.
- ☞ O lucro líquido de 2020 atingiu os R\$ 102,5 milhões sendo uma alavancagem significativa em relação ao ano de 2019 que encerrou com prejuízo de R\$ 69,4 milhões.





Indicadores

	4T20	4T19	Var%	2020	2019	VAR%
<i>Volume de vendas (mil toneladas)</i>	196,4	221,7	(11,4)	771,1	848,9	(9,2)
Receita bruta	580,9	578,6	0,4	2.192,6	2.138,9	2,5
Receita líquida	509,3	487,6	4,5	1.919,2	1.797,7	6,8
CPV	(374,0)	(352,4)	6,1	(1.383,3)	(1.308,9)	5,7
Lucro bruto	135,1	135,3	(0,1)	535,9	488,7	9,7
Despesas com vendas	(66,4)	(101,2)	(34,4)	(266,4)	(388,6)	(31,4)
Despesas gerais e administrativas	(20,8)	(26,7)	(22,1)	(76,5)	(94,2)	(18,8)
Depreciação/amortização	(3,0)	(4,3)	(30,2)	(13,2)	(15,6)	(15,4)
Honorários da administração	(1,2)	(2,6)	(53,8)	(3,5)	(9,7)	(63,9)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(28,8)	22,8	-	(28,9)	23,3	-
Resultado de equivalência patrimonial	0,1	(0,1)	-	(0,1)	(0,1)	-
Receitas (despesas) financeiras líquidas	2,5	(17,5)	-	(47,2)	(67,7)	(30,3)
Lucro/ (Prejuízo) antes do IR/CSLL	17,5	5,7	207,0	100,1	(63,9)	-
Imposto de renda e contribuição social	7,6	(40,3)	-	2,4	(5,6)	-
Lucro/ (Prejuízo) líquido	25,1	(34,6)	-	102,5	(69,4)	-
EBITDA Controladora	53,6	36,7	46,0	229,1	52,5	336,4
EBITDA Consolidado	29,4	36,9	(20,3)	205,8	52,1	295,0
<i>Margem bruta</i>	26,5%	27,7%	-1,2 p.p.	27,9%	27,2%	0,7 p.p.
<i>Despesas com vendas</i>	-13,0%	-20,7%	7,7 p.p.	-13,9%	-21,6%	7,7 p.p.
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	-4,0%	-5,7%	1,7 p.p.	-4,0%	-5,2%	1,2 p.p.
<i>Depreciação/amortização</i>	-0,6%	-0,9%	0,3 p.p.	-0,7%	-0,9%	0,2 p.p.
<i>Honorários da administração</i>	-0,2%	-0,5%	0,3 p.p.	-0,2%	-0,5%	0,3 p.p.
<i>Outras receitas (despesas) operacionais líquidas</i>	-5,7%	4,7%	-10,4 p.p.	-1,5%	1,3%	-2,8 p.p.
<i>Margem líquida</i>	4,9%	-7,1%	12,0 p.p.	5,3%	-3,9%	9,2 p.p.
<i>Margem EBITDA controladora</i>	10,5%	7,5%	3,0 p.p.	12,0%	2,9%	9,0 p.p.
<i>Margem EBITDA consolidado</i>	5,8%	7,6%	-1,8 p.p.	10,7%	2,9%	7,8 p.p.



Destaques operacionais

Impactos do COVID-19

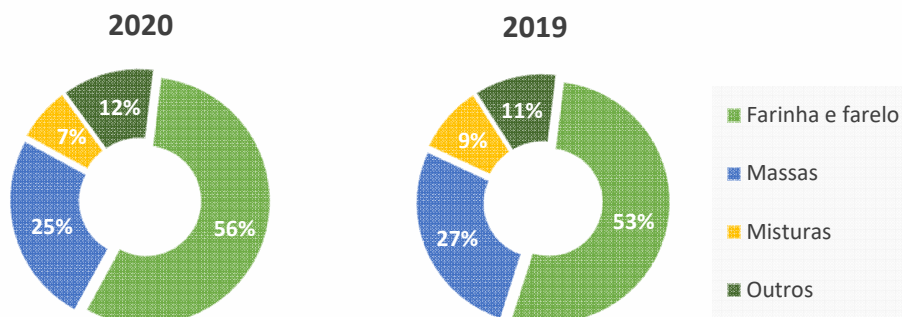
A Companhia segue atuando de maneira preventiva, a fim de minimizar os efeitos desta pandemia com plena adoção pela Administração, das medidas, orientações e diretrizes da Organização Mundial de Saúde e dos Ministérios da Saúde e do Trabalho, que têm se mostrado eficientes e permitido que a Companhia siga cumprindo sua missão de abastecer de alimentos básicos essenciais a população brasileira, com segurança aos seus colaboradores, terceiros e a todos os envolvidos no processo de distribuição. Todas estas medidas foram amplamente divulgadas nos relatórios trimestrais anteriores.

Destaques econômico-financeiros

Desempenho das categorias

A companhia segrega a receita bruta em 4 grupos, evidenciando percentualmente o impacto das categorias na composição da receita histórica de 2020 e 2019.

Composição Receita Bruta de Venda

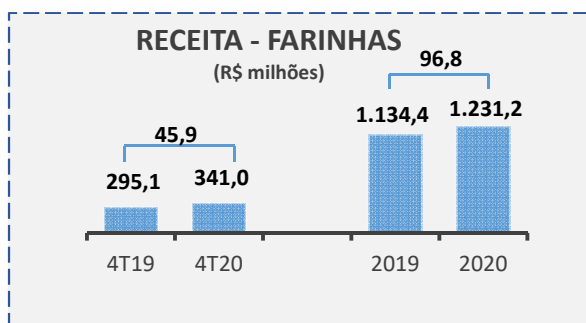




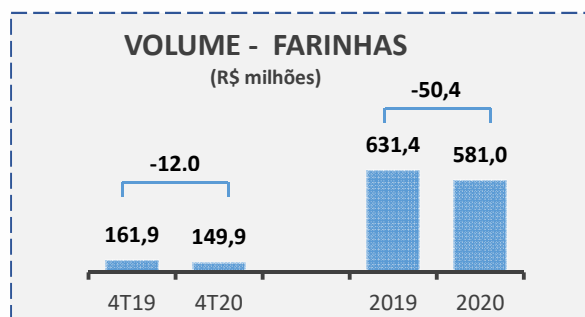
Farinhas e farelo

O faturamento médio por tonelada da categoria obteve um crescimento de 27,4%, passando de R\$ 1.538 no 4T19, para R\$ 1.959 por tonelada no 4T20, mesmo com redução no volume líquido faturado, compensando a desvalorização do BRL frente ao USD entre o 4T20 e o 4T19, e pelo aumento do preço do trigo em USD no mesmo período.

A receita bruta dessa categoria atingiu R\$ 341,0 milhões no quarto trimestre, um avanço de 15,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 295,1 milhões. No ano de 2020, a receita atingiu R\$ 1.231,2 milhões, 8,5% maior que o mesmo período do ano anterior.



No ano de 2020, o volume foi de 581,0 mil t, uma redução de 8,0% em relação ao ano anterior. O volume faturado desta categoria no acumulado de 2020 representa 75,3%, mantendo-se estável em relação ao ano de 2019.

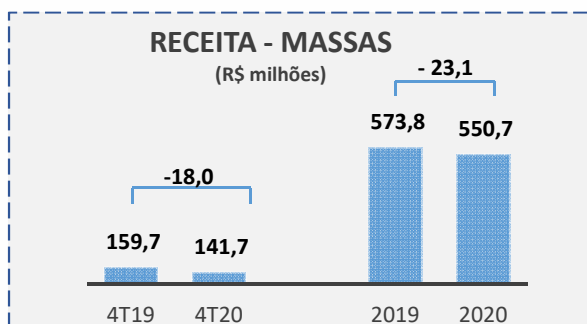


Massas

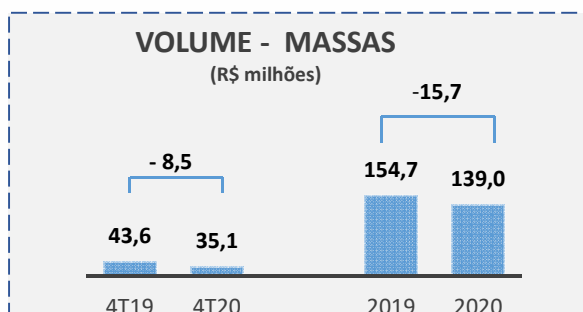
O faturamento médio por tonelada da categoria obteve um crescimento de 15,0%, passando de R\$ 3.359 no 4T19, para R\$ 3.863 por tonelada no 4T20, mesmo com redução no volume líquido faturado. Da mesma forma, compensando a desvalorização do BRL frente ao USD entre o 4T20 e o 4T19, e pelo aumento do preço do trigo em USD no mesmo período.



A receita bruta da categoria atingiu R\$ 141,7 milhões no 4T20, uma redução de 11,3% comparado aos R\$ 159,7 milhões atingidos no 4T19. No acumulado de 2020, a receita atingiu R\$ 550,7 milhões, uma redução de 4,0% em relação ao ano de 2019, com R\$ 573,8 milhões. A retração em receita e volume na categoria deve-se ao foco em rentabilidade e desta forma a Companhia concentrou esforços na venda de massas ovos e sêmola, e redução em massa comum.



O volume faturado no quarto trimestre foi de 35,1 mil t, uma redução de 19,5% quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, que foi de 43,6 mil toneladas. No total de 2020, o volume foi de 139,0 mil t, retraindo 10,1% em relação ao mesmo período de 2019.



Outras categorias

A receita bruta da categoria de Misturas atingiu R\$ 33,6 milhões no quarto trimestre, um decréscimo de 29,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior que atingiu R\$ 47,6 milhões. No acumulado, a receita foi de R\$ 156,9 milhões, um decréscimo de 13,9% quando comparado ao ano de 2019, em virtude da nossa precificação para fazer frente ao aumento da taxa do dólar e ao aumento da matéria-prima. O volume faturado para a categoria no trimestre foi de 5,2 mil t, um decréscimo de 37,4% quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, que atingiu 8,3 mil toneladas. No acumulado de 2020, o volume total faturado foi de 23,8 mil t, um decréscimo de 25,6% em relação ao de 2019. O volume faturado desta categoria no ano de 2020 representa 3,1%, 0,7 p.p. menor que 2019 com 3,8%. Mesmo com a redução no volume líquido faturado, o



faturamento médio por tonelada obteve um crescimento de 25,6%, passando de R\$ 4.098 por tonelada no quarto trimestre de 2019, para R\$ 5.146 por tonelada no mesmo trimestre de 2020.

A receita bruta para as categorias de Biscoitos, Sobremesas, Fermentos e Bebidas totalizou o montante de R\$ 248,8 milhões no acumulado de 2020, um acréscimo de 2,5% comparado aos R\$ 242,6 milhões do acumulado de 2019. O volume faturado destas categorias do 4º trimestre de 2020 foi de 6,1 mil t, menor 22,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, que foi de 7,9 mil toneladas. No acumulado de 2020, o volume foi de 27,3 mil t, ficando 11,4% menor que o mesmo período do ano anterior. O volume faturado destas categorias no ano de 2020 representa 3,5%, ficando em linha com a representatividade destas categorias para o mesmo período de 2019. O faturamento médio por tonelada das outras categorias obteve um crescimento de 17,6%, passando de R\$ 7.318 no 4T19, para R\$ 8.605 por tonelada no 4T20, mesmo com redução no volume líquido faturado.

Receita líquida / Volume

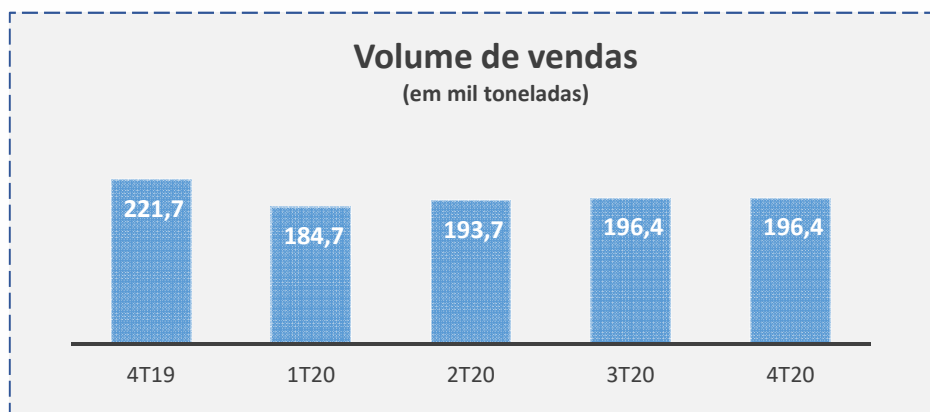
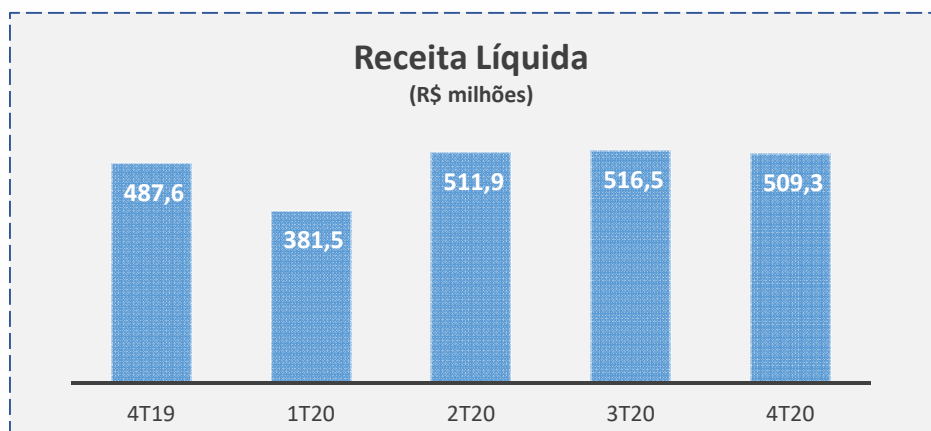
A receita líquida da Companhia no ano de 2020 foi de R\$ 1.919,2 milhões, 6,8% superior ao mesmo período do ano anterior. No quarto trimestre de 2020, atingimos R\$ 509,3 milhões, 4,4% maior que o mesmo período de 2019.

O volume de venda líquido no acumulado de 2020, foi de 771,1 mil toneladas, 9,2% menor que o ano de 2019. No 4T20, o volume foi de 196,4 mil toneladas, 11,4% menor que o volume do quarto trimestre de 2019, com 221,7 mil toneladas.

A estratégia utilizada pela gestão, com foco no reposicionamento das nossas marcas, resultou em uma receita líquida por tonelada superior em 17,5% no período acumulado no ano, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

	4T20	4T19	Var%	2020	2019	Var%
Faturamento líquido	509,3	487,6	4,5%	1.919,2	1.797,7	6,8%
Volume faturado líquido*	196,4	221,7	(11,4%)	771,1	848,9	(9,2%)
Preço Médio (R\$/ ton)	2.593,6	2.199,2	17,9%	2.489,0	2.117,8	17,5%

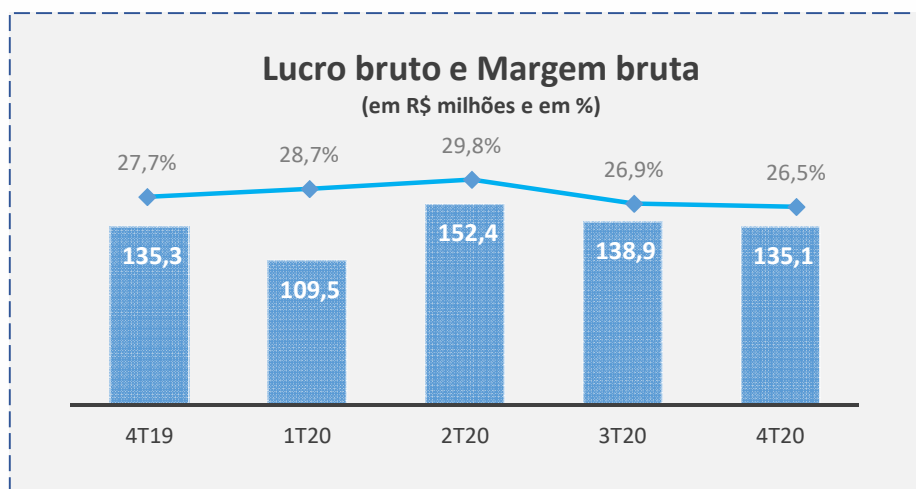
* Em milhares de toneladas



Lucro bruto

Em 2020, alcançamos o lucro bruto de R\$ 535,9 milhões, um crescimento de 9,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 488,7 milhões. No 4T20, atingimos R\$ 135,1 milhões, mantendo-se estável em relação ao mesmo trimestre do ano anterior em que atingimos R\$ 135,3 milhões.

A margem bruta de 2020 foi de 27,9%, um acréscimo de 0,7 p.p. em relação ao ano de 2019. No quarto trimestre de 2020 alcançamos 26,5% de margem, um decréscimo de 1,2 p.p. se comparado aos 27,7% do 4T19.

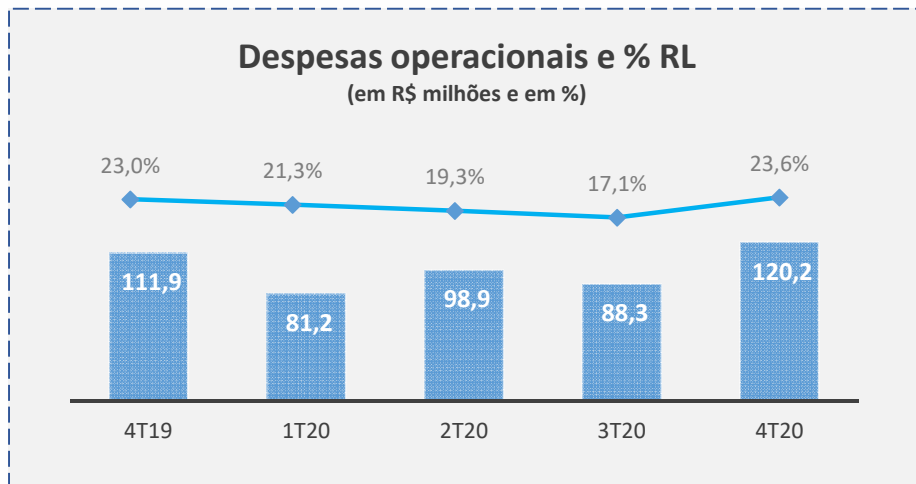


Despesas operacionais

Em 2020, as despesas operacionais foram reduzidas em 19,9%, chegando a R\$ 388,6 milhões (2019: R\$ 484,8 milhões). No quarto trimestre de 2020, atingiram R\$ 120,2 milhões, um acréscimo de 7,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior (4T19: R\$ 111,9 milhões). O impacto deve-se aos seguintes valores não recorrentes: baixa do ágio de R\$ 6,4 milhões, variação no valor justo negativo da propriedade para investimento de R\$ 3,9 milhões e ao efeito líquido operacional negativo da baixa da dívida com a controlada Cipolin, no valor de R\$ 9,7 milhões.

As despesas com vendas no ano foram de R\$ 266,4 milhões, uma redução de 31,4% em relação ao ano de 2019. No trimestre atingiram R\$ 66,4 milhões, uma redução de 34,4% comparado ao 4T19. Conforme informamos nas publicações trimestrais de 2020, esta redução decorre de ajustes na estrutura e no modelo de comercialização, bem como da implantação de novo modelo de logística e distribuição com ganhos na eficiência decorrentes da melhoria na sua gestão.

As despesas gerais e administrativas, em 2020, totalizaram R\$ 76,5 milhões, uma redução de 18,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. No quarto trimestre de 2020 chegaram aos R\$ 20,8 milhões, um decréscimo de 22,1% comparado ao 4T19. Com a reestruturação realizada neste ano, buscando eficiência nas atividades realizadas por equipes corporativas, obtivemos uma redução nos gastos de pessoal.



EBITDA

A Companhia encerra 2020 alcançando o EBITDA da controladora de R\$ 229,1 milhões e no consolidado o total de R\$ 205,8 milhões, 336,4% e 295,0% superior ao mesmo período do ano anterior, respectivamente.

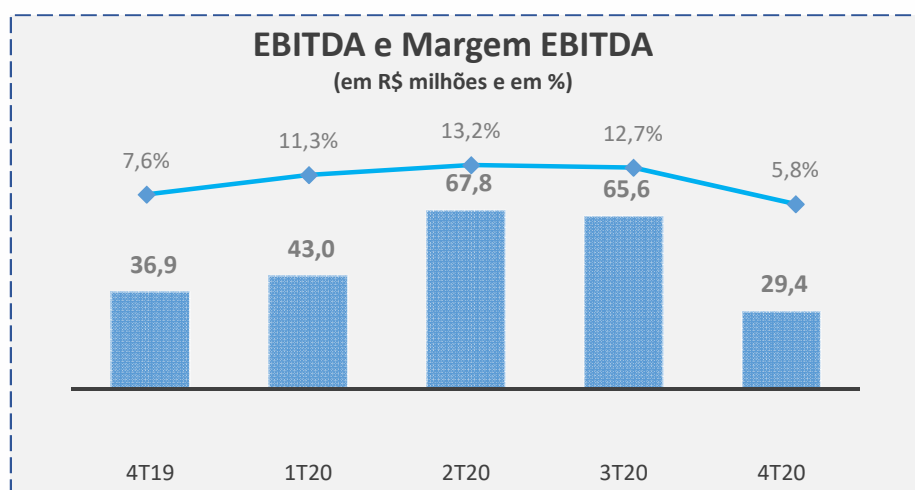
No 4T20, obtivemos um EBITDA de R\$ 29,4 milhões, um decréscimo de 20,3% em relação no mesmo período de 2019 que atingiu o valor de R\$ 36,9 milhões (R\$ 46,1 milhões foram oriundos da reavaliação de imóveis). Em dezembro de 2020, firmamos um Termo de Remissão de Dívida do contrato entre a J. Macêdo (controladora) e sua controlada sediada no exterior, fato que impactou negativamente o EBITDA consolidado do 4T20 em R\$ 9,7 milhões. O efeito positivo no EBITDA da controladora foi de R\$ 14,1 milhões, em outras receitas operacionais, e R\$ 9,2 milhões no resultado financeiro, decorrente de variação cambial. Na controlada, o efeito foi de R\$ 23,8 milhões negativo em outras despesas operacionais.

A margem EBITDA do ano de 2020 foi de 10,7% (controladora 12,0%), representando um aumento de 7,8 p.p. comparado a 2,9% do ano anterior.

O EBITDA acumulado no período 2020 foi o maior registrado pela Companhia. Este recorde se deve, principalmente, ao novo modelo de gestão implantado no início de 2020.



Reconciliação do EBITDA	4T20	4T19	Var%	2020	2019	Var%
Lucro/ Prejuízo antes do IR e CS	17,5	5,7	207,0	100,1	(63,9)	-
Depreciação/ amortização custos	11,5	9,3	23,7	45,2	32,6	38,7
Depreciação/ amortização despesas	3,0	4,3	(30,2)	13,2	15,6	(15,4)
Resultado de equivalência patrimonial	(0,1)	0,1	-	0,1	0,1	-
Resultado financeiro	(2,5)	17,5	-	47,2	67,7	(30,3)
EBITDA (consolidado)	29,4	36,9	(20,3)	205,8	52,1	295,0



Resultado financeiro líquido

O resultado acumulado de 2020 foi de R\$ 47,2 milhões negativo, um decréscimo de 30,3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No quarto trimestre de 2020, o resultado financeiro líquido foi de R\$ 2,5 milhões positivos, enquanto que, no mesmo período de 2019 o valor foi de R\$ 17,5 milhões negativos. O montante de R\$ 13,4 milhões de variação cambial de clientes e fornecedores atingidos no 4T20 impactou positivamente o resultado financeiro líquido, enquanto que no mesmo trimestre de 2019 o efeito foi de R\$ 1,4 milhão negativo.



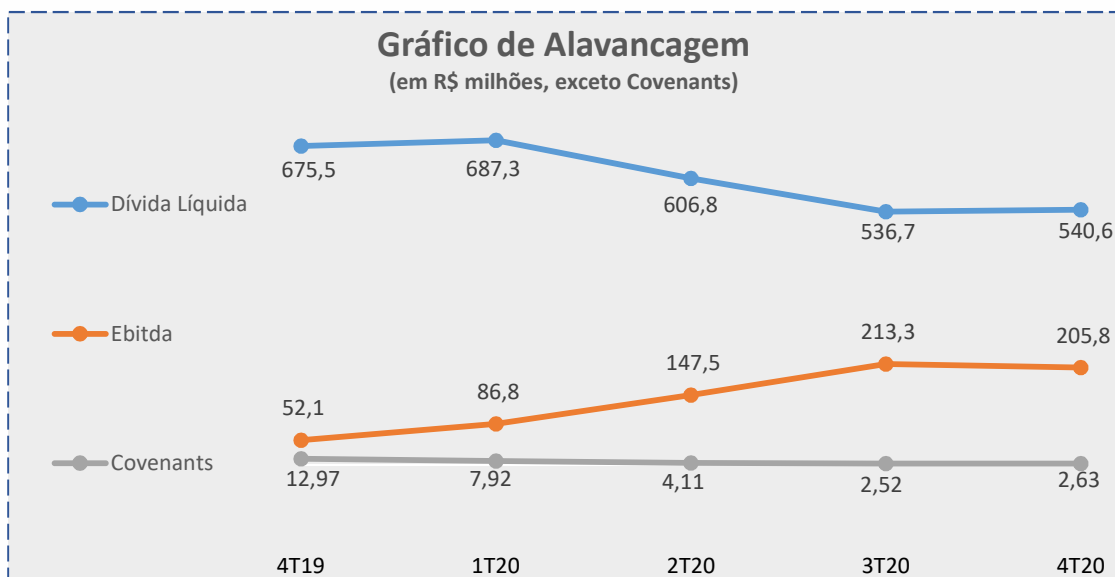
Resultado financeiro	4T20	4T19	Var%	2020	2019	Var%
Receitas financeiras	1,9	1,7	11,8	28,2	8,5	231,8
Despesas financeiras	(13,6)	(17,6)	(22,7)	(61,5)	(74,1)	(17,0)
Variações cambiais clientes/fornecedores	13,4	(1,4)	-	(13,6)	2,4	-
Ajuste a valor de mercado, líquido	0,8	(0,2)	-	(0,3)	(4,5)	(93,3)
Total	2,5	(17,5)	-	(47,2)	(67,7)	(30,3)

Endividamento

Dívida líquida	4T20	4T19	Var%	3T20	Var%
Curto prazo	240,4	243,4	(1,2)	253,9	(5,3)
Empréstimos e financiamentos	235,6	228,4	3,2	249,8	(5,7)
Debêntures	4,8	15,0	(68,0)	4,1	17,1
Longo prazo	396,2	502,3	(21,1)	416,9	(5,0)
Empréstimos e financiamentos	239,3	367,7	(34,9)	260,0	(8,0)
Debêntures	156,9	134,6	16,6	156,9	-
Total endividamento	636,6	745,7	(14,6)	670,8	(5,1)
(-) Caixa	(82,5)	(67,2)	22,8	(119,5)	(31,0)
(-) Aplicação Financeira	(13,5)	-	(100,0)	(14,6)	(7,5)
(-) Instrumentos financeiros derivativos	-	(3,0)	100,0	-	-
Dívida líquida	540,6	675,5	(20,0)	536,7	0,7

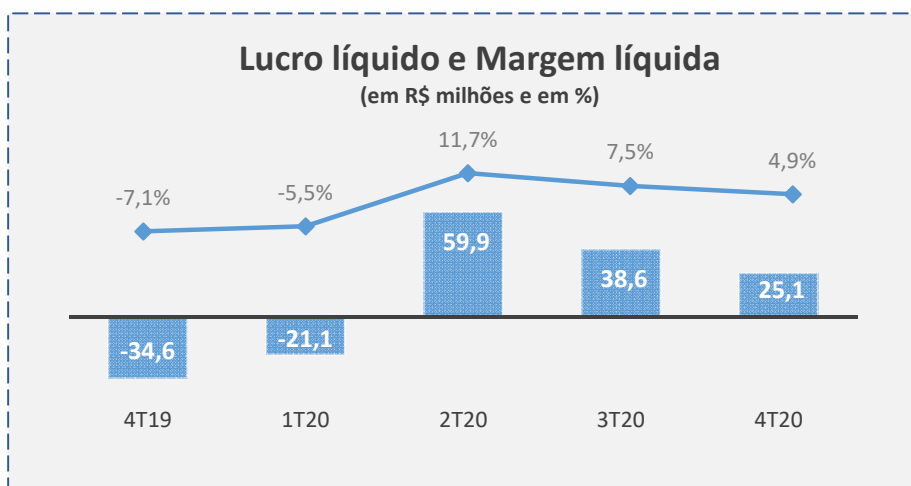
Durante o ano de 2020, obtivemos a redução de R\$ 134,9 milhões na dívida líquida e um ganho de R\$ 153,7 milhões de EBITDA se comparamos com o acumulado no ano de 2019. Estes ganhos de eficiência impactaram positivamente na recuperação dos Covenants (Dívida líquida/EBITDA) da Companhia.

Encerramos o ano com um endividamento líquido de R\$ 540,6 milhões e relação de dívida líquida pelo EBITDA (últimos 12 meses) de 2,63 no consolidado, uma redução de 79,8% em relação a 2019, que representava 12,97.



Lucro líquido

Concluimos o ano de 2020 com o lucro líquido de R\$ 102,5 milhões, enquanto que no ano de 2019 apuramos um prejuízo de R\$ 69,4 milhões. As relevantes mudanças operacionais realizadas durante o ano proporcionaram uma importante alavancagem nos índices e resultados da Companhia.





Desempenho do trigo

Ao longo de 2020, pudemos observar 03 fases distintas para o comportamento do mercado internacional de trigo: a primeira, com preços em alta moderada, aconteceu com o advento do COVID em março, quando todas as commodities sofreram rápida e acentuada desvalorização; a segunda fase, até meados de agosto, com demanda e preços mundiais baixos e relativa estabilidade; e a terceira fase, iniciada em meados de agosto, com todos os grãos, especialmente soja e milho, assumindo um acelerado e contínuo processo de alta de preços, refletindo aumento de demanda, com o trigo encerrando o ano 40% mais caro em dólares, que os preços médios de agosto.

Incertezas sobre a disponibilidade e manutenção dos fluxos logísticos durante a pandemia, somado a quebra nas safras de soja e milho, do apetite comprador de grãos da China e a recomposição de estoques de trigo em países importadores, são apontadas como as principais causas da valorização de todo o complexo de grãos, incluindo o trigo, mesmo tendo em 2020 o mundo colhido nova safra recorde, com projeção de estoques finais de trigo também recordes.

O Governo argentino, principal fornecedor do Brasil, voltou a estabelecer limites de exportação de trigo de forma oficiosa, levando o Brasil no segundo semestre a aumentar suas compras no Hemisfério Norte, com EUA e Rússia sendo principais provedores. O repasse interno de preços foi amenizado com a quota de 1,1 milhão de toneladas com isenção de TEC liberada pelo Governo Federal para compras fora do Mercosul. Em dezembro, uma sucessão de greves na Argentina interrompeu embarques em todos os portos daquele país, só retomados no final do mês, o que comprometeu o abastecimento dos moinhos brasileiros. Não houve prejuízo às operações da Companhia, que buscou alternativas de abastecimento.

Os preços do trigo no mercado interno acompanharam a alta dos preços internacionais, potencializados pela desvalorização do Real, que gerou preços nominais em R\$/ton recordes no mercado brasileiro para trigo, milho e soja. Nem mesmo a colheita de uma boa safra de trigo nacional no segundo semestre, segunda maior da história, interrompeu a curva de alta dos preços internos suportados pela paridade internacional, pela desvalorização do Real e capitalização dos produtores rurais, que reduziram oferta de venda esperando melhores preços. A valorização do trigo nacional em Reais foi de aproximadamente 50% em 2020.

A Companhia mede a eficiência de suas compras de trigo comparando seus preços médios de compra com indicadores de mercado. Para trigo importado, 2/3 do volume total da Companhia, usamos como referência os números médios de importações no período, divulgados pelo Ministério da Economia (Comex Stat), e para trigo nacional o indicador divulgado pela consultoria Safras e Mercado. Os custos com trigo importado da Companhia foram 1,7% inferiores no quarto trimestre e 0,7% superiores no ano à média de mercado. No abastecimento de trigo nacional, as compras da



Companhia no quarto trimestre foram 3,75% abaixo da média de mercado e no ano de 5,35% menores.

Auditoria independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas da Companhia, informamos que, desde a contratação da PricewaterhouseCoopers (“PwC”) como empresa de auditoria independente, todos os requerimentos desta instrução foram atendidos.

As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão do auditor independente e com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 31/12/2020. Essas demonstrações contábeis foram apresentadas e aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16/03/2021.

Disclaimer

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao seu futuro.

Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e dos mercados internacionais; estando, portanto, sujeitas a mudança.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
J. Macêdo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da J. Macêdo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da J. Macêdo S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J. Macêdo S.A. e da J. Macêdo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

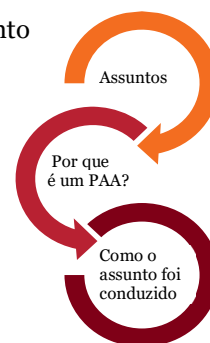
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

J. Macêdo S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa 1, a Companhia opera na comercialização de seus produtos com unidades produtivas nas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e centros de distribuição nos principais mercados do Brasil, embarcando diariamente grande quantidade de produtos para seus clientes, que são transportados por caminhões de transportadoras independentes, com entregas em todas as regiões do país.

Em virtude da relevância das transações de venda, assim como elevado volume e pulverização, o reconhecimento das receitas, seja na sua totalidade, assim como o período de competência correto, de acordo com as práticas contábeis vigentes, foi considerado um risco relevante que demandou mais esforços em nossa auditoria.

Em função desses aspectos, consideramos que o reconhecimento da receita, especialmente quanto a sua totalidade e ao seu correto período uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria foram os seguintes:

- Entendimento dos processos de negócio e dos controles internos estabelecidos pela Administração para identificação, acompanhamento e contabilização das receitas de vendas;
- Efetuamos o confronto das informações contidas no relatório analítico de receita, extraído do sistema de faturamento com a receita reconhecida no sistema contábil;
- Solicitamos e obtivemos cartas de confirmação de clientes para uma amostra de contas a receber, levando em consideração a determinação de uma população de risco, de forma a verificar sua existência, bem como a ocorrência da transação de venda. Para os casos em que não obtivemos resposta de carta de confirmação, executamos procedimentos alternativos, através de teste de realização subsequente de saldos, incluindo-se a inspeção de documentação com comprovação de entrega dos produtos vendidos e documentação suporte que evidencia que a transação de venda ocorreu;
- Através de base amostral, selecionamos transações de vendas ocorridas ao longo do exercício de 2020 e inspecionamos os termos contratuais e/ou

J. Macêdo S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

pedidos de clientes, e suas correspondentes obrigações de desempenho, assim como realização financeira subsequente;

(e) Selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta, através de inspeção dos canhotos de entrega, a fim de confrontar o prazo efetivo da entrega com o prazo médio estimado pela Companhia em seu ajuste de corte das vendas; e

(f) Avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.

Consideramos que nossos procedimentos de auditoria nos proporcionaram evidências apropriadas e suficientes em relação aos critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento da receita no período de competência correto nas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 27 de março de 2020, com ressalva quanto à reclassificação de financiamentos do BNDES entre o passivo não circulante e o passivo circulante em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 177.100 mil.



J. Macêdo S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

J. Macêdo S.A.

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos



J. Macêdo S.A.

aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 16 de março de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Balço patrimonial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019		
Ativo						Passivo					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes a caixa	4	63.014	61.063	82.471	67.217	Fornecedores	15	121.347	189.516	118.800	235.859
Aplicações financeiras	5	13.544	-	13.544	-	Empréstimos e financiamentos		236.759	239.514	235.571	238.326
Contas a receber de clientes	6	130.597	205.621	130.839	231.996	Com terceiros	17	235.571	228.387	235.571	228.387
Estoques	7	184.794	118.663	164.612	114.660	Com partes relacionadas	9	1.188	11.127	-	9.939
Impostos e contribuições sociais a recuperar	8	108.915	122.569	108.929	122.571	Obrigações sociais e trabalhistas		18.423	23.052	18.555	23.207
Contas a receber de partes relacionadas	9	27.164	110.445	27.164	110.445	Tributos a recolher	16	8.689	7.443	8.747	7.545
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	8.510	-	8.510	Debêntures	18	4.773	14.970	4.773	14.970
Despesas antecipadas		2.626	3.663	2.708	3.714	Financiamento de tributos		2.515	3.127	2.515	3.127
Outros créditos		5.744	10.265	4.184	8.964	Arrendamentos mercantis	19	12.594	13.579	12.594	13.579
Total do ativo circulante		536.398	640.799	534.451	668.077	Instrumentos financeiros derivativos	28	-	5.508	-	5.508
Não circulante						Outras contas a pagar		23.078	50.808	23.783	51.185
Realizável a longo prazo						Total do passivo circulante		428.178	547.517	425.338	593.306
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	9	100.723	76.886	100.723	76.886	Não circulante					
Impostos e contribuições sociais a recuperar	8	45.283	67.880	45.283	67.880	Empréstimos e financiamentos		244.979	390.650	239.252	367.653
Outros créditos		8.425	9.368	8.433	9.372	Com terceiros	17	239.252	367.653	239.252	367.653
Investimentos	11	13.262	17.223	3.779	3.914	Com partes relacionadas	9	5.727	22.997	-	-
Propriedades para investimentos	12	48.070	52.092	48.070	52.092	Debêntures	18	156.880	134.604	156.880	134.604
Imobilizado	13	778.237	818.552	781.092	820.972	Financiamento de tributos		6.768	4.130	6.768	4.130
Intangível	14	5.172	5.670	5.172	12.069	Arrendamentos mercantis	19	21.355	34.521	21.355	34.521
Total do ativo não circulante		999.172	1.047.671	992.552	1.043.185	Dividendos a pagar	22	61.572	61.932	61.572	61.932
						Imposto de renda e contribuição social					
						diferidos	10	2.952	-	2.952	-
						Provisão para contingências	20	16.762	16.349	16.762	16.349
						Obrigações com benefícios definidos					
						pós-emprego	25	20.484	17.727	20.484	17.727
						Outras contas a pagar		2.662	4.081	2.662	4.081
						Total do passivo não circulante		534.414	663.994	528.687	640.997
						Patrimônio líquido	22				
						Capital social	22.a	132.042	132.042	132.042	132.042
						Reserva de lucros	22.b e 22.d	442.817	339.841	442.817	339.841
						Outros resultados abrangentes	22.c e 22.e	(1.881)	5.076	(1.881)	5.076
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		572.978	476.959	572.978	476.959
						Total do patrimônio líquido		572.978	476.959	572.978	476.959
Total do ativo		1.535.570	1.688.470	1.527.003	1.711.262	Total do passivo e patrimônio líquido		1.535.570	1.688.470	1.527.003	1.711.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita líquida de vendas	23	1.915.013	1.792.681	1.919.209	1.797.647
Custo das vendas	24	(1.380.211)	(1.303.709)	(1.383.287)	(1.308.895)
Lucro bruto		534.802	488.972	535.922	488.752
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	24	(266.434)	(388.630)	(266.434)	(388.630)
Despesas gerais e administrativas	24	(74.826)	(93.358)	(76.451)	(94.222)
Honorários da administração	9 e 24	(3.483)	(9.689)	(3.483)	(9.689)
Depreciação e amortização	24	(13.216)	(15.553)	(13.216)	(15.553)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(25.001)	(3.892)	(106)	(141)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(5.712)	22.845	(28.895)	23.303
		(388.672)	(488.277)	(388.585)	(484.932)
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos		146.130	695	147.337	3.820
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	57.072	50.063	57.190	50.168
Despesas financeiras	27	(103.219)	(114.745)	(104.436)	(117.870)
		(46.147)	(64.682)	(47.246)	(67.702)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		99.983	(63.987)	100.091	(63.882)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	10	(27)	1.180	(135)	1.075
Diferido	10	2.506	(6.636)	2.506	(6.636)
		2.479	(5.456)	2.371	(5.561)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		102.462	(69.443)	102.462	(69.443)
Lucro líquido (prejuízo) por ação: básico e diluído - R\$	22	5,29035	(3,58549)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	102.462	(69.443)
Itens que poderão ser classificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	256	219
Benefícios pós-emprego	(6.699)	(10.595)
Resultado abrangente total	<u>96.019</u>	<u>(79.819)</u>
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	<u>96.019</u>	<u>(79.819)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes		Total
				Ajuste de avaliação patrimonial	Obrigações com benefícios definidos pós-emprego	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	198.603	408.989	-	15.747	-	623.339
Redução de capital social:						
Decorrente de acervo líquido incorporado	(66.561)	-	-	-	-	(66.561)
Outros resultados abrangentes:						
Remensuração de plano de benefício definido (Nota 22.c)	-	-	-	-	(10.595)	(10.595)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior (Nota 11)	-	-	-	219	-	219
Realização do custo atribuído	-	-	295	(295)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(69.443)	-	-	(69.443)
Absorção de prejuízo (Nota 21)	-	(69.148)	69.148	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	132.042	339.841	-	15.671	(10.595)	476.959
Outros resultados abrangentes:						
Remensuração de plano de benefício definido (Nota 22.c)	-	-	-	-	(6.699)	(6.699)
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior (Nota 11)	-	-	-	256	-	256
Realização do custo atribuído	-	-	514	(514)	-	-
Lucro do exercício	-	-	102.462	-	-	102.462
Constituição de reserva legal (Nota 22.d)	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (Nota 21)	-	102.976	(102.976)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	132.042	442.817	-	15.413	(17.294)	572.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	99.983	(63.987)	100.091	(63.882)
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo) do exercício:				
Depreciação e amortização	59.264	47.089	59.696	47.292
Resultado de equivalência patrimonial	25.001	3.892	106	141
Valor residual de ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimento baixados	17.232	11.755	17.268	11.755
Provisão para redução ao valor recuperável	(65)	192	(65)	192
Provisão para contingências	4.556	5.918	4.556	5.918
Provisão para perdas em estoque	(3.268)	330	(3.268)	330
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	49.720	40.075	43.573	36.828
Propriedades para investimento	113	(6.024)	113	(6.024)
Ganho na remensuração do valor justo das propriedades para investimento e dos instrumentos financeiros derivativos	(4.872)	(45.876)	(4.872)	(45.876)
Créditos extemporâneos de ICMS, PIS e Cofins	(23.821)	(22.978)	(23.821)	(22.978)
Variações em benefícios pós-emprego	(3.942)	7.132	(3.942)	7.132
Baixa de investimentos	6.427	-	6.427	-
Variação de ativos e passivos				
(Acréscimo) decréscimo de ativos				
Contas a receber de clientes	75.089	(36.466)	101.222	(22.028)
Estoques	(62.863)	75.614	(46.684)	50.165
Impostos e contribuições sociais a compensar	60.072	17.207	60.060	17.259
Outros créditos	6.601	5.826	6.724	5.924
Acréscimo (decréscimo) em passivos				
Fornecedores	(66.824)	(120.827)	(117.059)	(185.111)
Tributos a recolher	6.677	(5.598)	6.525	(6.321)
Obrigações sociais e trabalhistas	(4.629)	2.009	(4.652)	1.916
Provisão para contingências	(5.136)	(4.049)	(5.136)	(4.049)
Outras contas a pagar	(27.484)	14.440	(27.155)	19.157
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	207.831	(74.326)	169.707	(152.260)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicação de recursos em investimentos	(27.212)	-	-	-
Aplicação de recursos no intangível	(1.171)	(2.970)	(1.171)	(2.970)
Aplicação de recursos no imobilizado	(22.211)	(74.385)	(23.114)	(76.044)
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	61.956	(22.131)	61.956	(18.035)
Arrendamento mercantil	(17.534)	(13.769)	(17.534)	(13.769)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(100)	(1.716)	-	-
Aplicação financeira	(16.041)	-	(16.041)	-
Resgate de aplicação financeira	2.864	66.271	2.864	66.271
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(19.449)	(48.700)	6.960	(44.547)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	142.239	491.009	142.239	491.009
Captação de debêntures	13.370	147.533	13.370	147.533
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(283.068)	(457.242)	(283.068)	(457.242)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(29.406)	(51.771)	(29.406)	(51.771)
Amortização de principal de debêntures	(402)	-	(402)	-
Amortização de juros de debêntures	(10.174)	(7.263)	(10.174)	(7.263)
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	(35.112)	9.802	(10.094)	5.780
Captação de instrumentos financeiros derivativos	11.783	16.674	11.783	16.674
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(190.770)	148.742	(165.752)	144.720
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	(2.388)	25.716	10.915	(52.087)
Diferença cambial líquida	4.339	236	4.339	236
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	61.063	35.111	67.217	119.068
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	63.014	61.063	82.471	67.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Demonstração do valor adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas	2.117.702	2.025.656	2.123.423	2.031.900
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.187.454	2.133.096	2.192.572	2.138.867
(-) Abatimentos e descontos	(78.041)	(151.348)	(78.041)	(151.348)
Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	65	(192)	65	(192)
Outras receitas	8.224	44.100	8.827	44.573
Insumos adquiridos de terceiros	(1.474.670)	(1.528.902)	(1.502.596)	(1.534.507)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.335.200)	(1.272.173)	(1.337.908)	(1.277.156)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(107.702)	(232.913)	(108.492)	(233.415)
Recuperação de valores ativos	6.992	19.601	6.992	19.601
Outras despesas operacionais	(38.760)	(43.417)	(63.188)	(43.537)
Valor adicionado bruto	643.032	496.754	620.827	497.393
Depreciação, amortização e exaustão	(58.226)	(47.089)	(58.595)	(47.292)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	584.806	449.665	562.232	450.101
Valor adicionado recebido em transferências	32.071	46.171	57.084	50.027
Resultado de equivalência patrimonial	(25.001)	(3.892)	(106)	(141)
Receitas financeiras	57.072	50.063	57.190	50.168
Valor adicionado total a distribuir	616.877	495.836	619.316	500.128
Distribuição do valor adicionado	616.877	495.836	619.316	500.128
Pessoal	181.102	211.552	181.252	211.714
Remuneração direta	110.650	128.911	110.762	129.019
Honorários	3.483	9.689	3.483	9.689
Participação nos resultados	899	376	899	376
Benefícios	50.971	54.152	50.979	54.169
FGTS	12.231	13.166	12.231	13.166
Outros gastos com pessoal	2.868	5.258	2.898	5.295
Impostos, taxas e contribuições	223.463	231.197	224.535	232.202
Federais	73.727	82.938	74.392	83.529
Estaduais	146.936	145.067	146.978	145.162
Municipais	2.800	3.192	3.165	3.511
Remuneração de capitais de terceiros	109.850	122.530	111.067	125.655
Despesas financeiras	103.219	114.745	104.436	117.870
Aluguéis	6.631	7.785	6.631	7.785
Remuneração de capitais próprios	102.462	(69.443)	102.462	(69.443)
Lucros retidos no exercício	102.462	(69.443)	102.462	(69.443)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia e suas controladas

1.1 Informações sobre a Companhia

A J.Macêdo S.A. (“J.Macêdo” ou “Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua na produção e na comercialização de farinhas de trigo, misturas para pães e bolos, sobremesas, massas alimentícias, biscoitos, fermentos e bebidas, segregados por categorias de negócios, vendidas principalmente sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini e Boa Sorte.

A Companhia opera com unidades produtivas nas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e centros de distribuição nos principais mercados do Brasil, com a finalidade de melhor atender os clientes. Esses centros de distribuição, além de facilitarem a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia abrangem a J.Macêdo, suas controladas e sua operação controlada em conjunto (conjuntamente referidas como “Companhia” ou “Grupo”).

1.2 Análise dos efeitos da COVID-19

O ano de 2020 foi marcado por uma crise, derivada da Pandemia do Covid-19, com repercussão não só na saúde, mas nos aspectos econômicos, sociais, financeiros, estruturais, de segurança e políticos. Esta crise causou, dentre outros efeitos, a mudança de padrão de consumo das famílias, que possibilitou para a indústria alimentícia em geral, estabilidade e, no caso da J.Macêdo, a retomada do crescimento do nosso negócio. A J.Macêdo seguiu com o movimento linear crescente apresentado no primeiro semestre, até a conclusão do ano, impulsionado pelo aumento da demanda de produtos de consumo doméstico, impactando positivamente o nosso negócio.

Seguimos aplicando as medidas de prevenção acerca do contágio por Covid-19, adotadas conforme as orientações e diretrizes dos Ministérios da Saúde e do Trabalho, visando a segurança e o bem-estar de seus colaboradores, a garantia de alimento na mesa das famílias brasileiras, o abastecimento de clientes e consumidores, bem como o fortalecimento de seu papel na sociedade.

A Administração tem avaliado as implicações do Covid-19 no cenário mundial e as medidas até o presente momento adotadas no intuito de controlá-lo e não visualiza no contexto atual qualquer risco de prejuízos à continuidade operacional da entidade. Não observamos impactos significativos na inadimplência, fato que não impactou a liquidez do caixa. Portanto, não temos nenhum risco representativo de continuidade das operações ou dificuldades no cumprimento das nossas obrigações. Adicionalmente, conseguimos reduzir as obrigações de curto prazo em 2021, através da repactuação de prazos e condições de alguns contratos de empréstimos e financiamentos, em aproximadamente R\$ 100 milhões. No que tange a cadeia de suprimentos, não temos neste momento expectativa de impactos significativos para nossos principais insumos, visto que sua produção não foi afetada pela pandemia. O ponto de atenção foi quanto as aquisições de embalagens, item que está com a demanda bastante elevada e oferta em baixa, impactando numa variação do custo de aquisição. Os contratos de arrendamento seguem sem nenhuma alteração, bem como a avaliação de impairment dos ativos. Por fim, dentre as medidas tributárias anunciadas pelos

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia e suas controladas--Continuação

1.2 Análise dos efeitos da COVID-19--Continuação

governos estaduais e federal, a Companhia adotou apenas a postergação do pagamento do FGTS, e aplicou a redução de 1,25% das alíquotas do sistema S, no recolhimento do INSS.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e contemplam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, consistentes com às utilizadas pela Administração da Companhia no processo de gestão.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 16 de março de 2021.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo, sendo avaliados mensal e anualmente: instrumentos financeiros derivativos e propriedades para investimento.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, exceto pela controlada Cipolin S.A., que tem o dólar norte-americano como moeda funcional. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de forma adversa.

Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas mesmas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis-- Continuação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)-- Continuação

Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

Estimativas

Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros derivativos, propriedades para investimento pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber, benefícios a empregados, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na determinação se a Companhia detém de fato controle sobre suas investidas.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia, de sua controlada e da operação em conjunto em 31 de dezembro de 2020 e 2019, apresentadas a seguir:

Razão social	País sede	% Participação societária	
		31/12/2020	31/12/2019
(a) Cipolin S.A. ("Cipolin")	Uruguai	100,0	100,0
(b) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,3	33,3

(a) Cipolin (sociedade de capital fechado) – Controlada integral da J.Macêdo S.A., foi constituída em 1985, sob a razão social de "Cipolin S.A." A Cipolin se dedica ao processo de intermediação da compra de trigo para a J.Macêdo S.A., repassando o produto adquirido no exterior, seguindo rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigentes no momento de cada operação.

(b) Tergran (sociedade de capital fechado) – Refere-se a operação controlada em conjunto com as companhias Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, as quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. O investimento é considerado como operação em conjunto (*joint operation*). A Tergran é uma empresa de propósito específico, com personalidade jurídica própria, cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, a descarga e a armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

Por ocasião da incorporação da J. Macêdo Alimentos S.A. em 30 de dezembro de 2019, a Companhia passou a deter o percentual de participação de 16,94% (16,01% em 31 de dezembro de 2020) na CEMEC - Construções Eletromecânicas S.A., que operava como atividade principal a fabricação de transformadores de distribuição, força e subestação compacta e em março de 2012 paralisou suas operações.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos, transações e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.1 Controlada e operação controlada em conjunto

As demonstrações contábeis da controlada e da operação controlada em conjunto são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada e da operação controlada em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

A operação controlada em conjunto é aquela na qual a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais das partes que compartilham o controle.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, os investimentos de sua controlada, coligada e da operação controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, da operação controlada em conjunto, foram reconhecidos proporcionalmente à participação na entidade.

3.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira--Continuação

Transações em moeda estrangeira--Continuação

Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

Os adiantamentos relativos a importações de matéria-prima, insumos, máquinas e equipamentos em andamento, em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional da Companhia na data da transação, ou seja, na data em que os adiantamentos foram efetuados. Este tratamento é dado pelo fato dos adiantamentos serem considerados pré-pagamentos, que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado, a Companhia efetua o registro do imobilizado ou do estoque pelo custo incorrido, caso seja componente de produção, contra a baixa do adiantamento correspondente.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real pela média mensal das taxas de câmbio.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão.

3.3 Tributos sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. No caso da Cipolin, controlada no Uruguai, a alíquota de IRPJ é de 25% s/ a renda líquida gradada, não sendo aplicável a CSLL.

A receita (despesa) com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3 Tributos sobre o lucro--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O tributo diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A mensuração do tributo diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações contábeis, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensuradas ao valor justo, existe a presunção de que o valor contábil das propriedades para investimento será recuperado por venda não refutada.

O tributo diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data de elaboração das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.4 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. O detalhamento sobre as subvenções governamentais da Companhia consta na Nota 21.

3.5 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.5 Estoques--Continuação

Matérias-primas - Custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A Companhia registra provisão para perdas de estoques em função da data de validade dos produtos, de produtos avariados e/ou obsoletos.

3.6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para o CPC (IFRS), foi determinado com base em seu valor justo naquela data.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.6 Imobilizado--Continuação

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na Nota 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.7 Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, e reconhece os passivos de arrendamento e ativos de direito de uso.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo prazo do contrato de arrendamento.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.8 Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade.

Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data das demonstrações contábeis. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem geradas.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

3.9 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.10 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

Ativos financeiros

Em cada data de apresentação das demonstrações contábeis, é analisado se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.10 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros--Continuação

Ativos financeiros --Continuação

de ativos financeiros, não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, estima-se o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, entre outras.

É considerada evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, utiliza-se tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros (exceto estoques, propriedades para investimentos e tributos diferidos)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo menos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.10 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros--Continuação

Ativos não financeiros (exceto estoques, propriedades para investimentos e tributos diferidos)--Continuação

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados anualmente ao fim do exercício social em relação à perda por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.11 Provisões

Provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando é esperado que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas demonstrações contábeis, líquida de qualquer reembolso.

3.12 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o direito relacionado seja concedido.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados, se existir uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.12 Benefícios a empregados--Continuação

Benefícios pós-emprego--Continuação

Obrigações de benefícios pós-emprego são mensuradas com base em laudo atuarial emitido por especialista ao final do exercício.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de benefício definido, se existir uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.13 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades no momento em que o controle sobre os produtos é transferido, e pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber reconhecida quando: (i) há evidência convincente de que o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, o que em geral ocorre na sua entrega; (ii) pelo valor que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência do bem ou serviço e (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas sejam reconhecidas.

Vale destacar que a entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, variação cambial e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas com instrumentos financeiros derivativos e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis) que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.14 Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente de uma entidade para o qual haja informação financeira individualizada disponível, sendo avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações dessa entidade na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

A Companhia atua no segmento alimentício com as seguintes linhas de produtos: farinha e farelo de trigo, mistura para pães e bolos, sobremesas, massas alimentícias, biscoitos, fermentos e bebidas. A produção e a comercialização dos produtos alimentícios não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado.

Considerando que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento objeto de reporte.

3.15 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) individual e consolidada foi elaborada nos termos CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme normas contábeis brasileiras aplicáveis às companhias listadas na CVM, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.16 Normas emitidas e vigentes a partir de 1º de janeiro de 2020

Os novos requerimentos a seguir elencados entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para o Grupo.

a) Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

3.16 Normas emitidas e vigentes a partir de 1º de janeiro de 2020- Continuação

b) Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge.

c) Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material.

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude da informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

d) Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

O pronunciamento revisado fornece alguns novos conceitos, definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

e) Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.17 Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. De acordo com avaliação prévia da Administração, essas normas não trarão impacto relevante em suas demonstrações contábeis.

a) IFRS 17 - Contratos de seguro (não aplicável à Companhia)

b) Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. O Grupo avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes poderão exigir renegociação.

4. Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	8.459	10.245	27.789	16.340
Depósitos bancários de curto prazo	54.555	50.818	54.682	50.877
	63.014	61.063	82.471	67.217

Os depósitos bancários de curto prazo referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 85% (2019: 82,52%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estão destinados à negociação imediata. Esses depósitos bancários possuem liquidez diária e o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras significativas.

A Companhia mantém os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. Por esse motivo, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da demonstração do fluxo de caixa.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras	13.544	-	13.544	-
	13.544	-	13.544	-

As aplicações financeiras referem-se a CDBs pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 85% do CDI, em 31 de dezembro de 2020.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Clientes no país (i)	138.272	215.494	138.514	241.869
Desconto de verbas contratuais	(7.389)	(9.522)	(7.389)	(9.522)
Provisão para redução ao valor recuperável	(286)	(351)	(286)	(351)
	130.597	205.621	130.839	231.996

Os descontos de verbas contratuais representam descontos firmados com grandes redes.

- (i) A Companhia reduziu o prazo médio de recebimento de alguns clientes, gerando um maior fluxo de recebimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes possui a seguinte apresentação:

Prazo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Valores a vencer:	105.779	165.097	106.021	191.472
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	27.350	20.592	27.350	20.592
de 31 a 60 dias	1.598	4.408	1.598	4.408
de 61 a 90 dias	858	3.958	858	3.958
de 91 a 180 dias	997	8.400	997	8.400
Acima de 181 dias	1.690	13.039	1.690	13.039
	138.272	215.494	138.514	241.869

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está assim representada:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(351)	(159)
Incremento em provisões	65	(192)
Saldo final	(286)	(351)

Na Nota 28c está demonstrado o montante de contas a receber por tipo e por dependência de cliente, assim como os critérios estabelecidos para a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados (a)	53.321	40.299	53.321	40.299
Matérias-primas (a)	43.419	28.513	43.419	28.513
Materiais de produção	26.688	24.542	26.688	24.542
Materiais de manutenção e outros	12.345	12.553	12.368	12.576
Produtos em processo	6.225	7.807	6.225	7.807
Importações de matéria prima em andamento (b)	42.796	4.949	22.591	923
	184.794	118.663	164.612	114.660

(a) Representado, substancialmente, pelo aumento no custo do trigo no exercício, com forte impacto da alta do dólar.

(b) Representado substancialmente por adiantamentos para compra de trigo e outras matérias-primas. Os adiantamentos são liquidados em 30 dias, em média. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de adiantamentos com a controlada Cipolin é de R\$ 20.205 (2019: R\$ 4.026).

A provisão para perdas em estoques é refletida, em sua maior parte, nas contas de produtos acabados, matérias-primas e materiais de manutenção. A movimentação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, segue assim representada:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(3.418)	(3.088)
Reversões (provisões)	3.268	(330)
Saldo final	(150)	(3.418)

8. Impostos e contribuições sociais a recuperar--Continuação

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	28.794	4.760	33.554	14.430	4.920	19.350
ICMS a apropriar (b)	31.511	-	31.511	24.966	-	24.966
ICMS a recuperar sobre ativo Imobilizado	2.544	7.454	9.998	3.182	9.370	12.552
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	4.730	-	4.730	7.280	-	7.280
PIS a recuperar (c)	5.493	5.752	11.245	10.323	5.646	15.969
COFINS a recuperar (c)	27.299	27.311	54.610	55.149	47.914	103.063
Outros impostos e contribuições	8.544	6	8.550	7.239	30	7.269
	108.915	45.283	154.198	122.569	67.880	190.449

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Impostos e contribuições sociais a recuperar--Continuação

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	28.794	4.760	33.554	14.430	4.920	19.350
ICMS a apropriar (b)	31.511	-	31.511	24.966	-	24.966
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	2.544	7.454	9.998	3.182	9.370	12.552
Imposto de renda a recuperar	4.730	-	4.730	7.280	-	7.280
PIS a recuperar (c)	5.493	5.752	11.245	10.323	5.646	15.969
COFINS a recuperar (c)	27.299	27.311	54.610	55.149	47.914	103.063
Outros impostos e contribuições	8.558	6	8.564	7.241	30	7.271
	108.929	45.283	154.212	122.571	67.880	190.451

Os impostos e as contribuições sociais a compensar têm a seguinte origem:

- Referem-se, substancialmente, a créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ números 46/00 e 53/17, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária e aos saldos credores de ICMS oriundos das operações da Companhia.
- Trata-se de pagamentos antecipados de ICMS Substituição Tributária, bem como de incentivos e benefícios de ICMS, que serão apropriados no momento da venda.
- Trata-se de saldos credores das operações correntes do exercício, em razão da diferença positiva entre débitos e créditos das contribuições, bem como créditos apurados de forma extemporânea, referentes a despesas geradoras de crédito diversas, não reconhecidas nas competências anteriores.

Processo referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS

A Companhia possui Ação Rescisória, decorrente de Mandado de Segurança impetrado em 2007 que discute a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins. O período abrangido vai de 2002 a 2014. Tal ação rescisória aguarda decisão do STJ. A Companhia reconhecerá estes créditos somente após o trânsito em julgado favorável do processo.

9. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas do Grupo efetuadas em bases usuais de mercado.

Empresa líder do conglomerado

A J.Macêdo S.A. é controlada pela J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações, que por sua vez é uma subsidiária da MAC-DO Administração e Participações S.A.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

- J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.
- MAC-DO Administração e Participações S.A.
- BDM Participações Ltda.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

Operação controlada em conjunto

Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., conforme detalhado na Nota 3.

Empresas controladas e coligadas

Cipolin S.A. e CEMEC Construções Eletromecânicas S.A., conforme detalhado na Nota 3.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

Sobre os saldos de recebíveis entre as empresas do Grupo, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não há provisão para perda ao valor recuperável registrada, pela ausência de títulos em atraso ou com risco de realização.

Os empréstimos e recebíveis com partes relacionadas decorrem da gestão de caixa centralizada com as demais empresas integrantes do Grupo.

Segue quadro das operações entre as partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Companhias - Tipo de operação				
Ativo circulante				
Contas a receber				
J. Macêdo S.A. – Comércio, Administração e Participações (a)	27.164	110.445	27.164	110.445
Adiantamento a fornecedores (Nota 7)				
Cipolin S.A. (b)	20.205	4.026	-	-
	47.369	114.471	27.164	110.445
Ativo não circulante				
Empréstimos a receber				
J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações (c)	100.723	76.886	100.723	76.886
	100.723	76.886	100.723	76.886
Passivo circulante				
Fornecedores (Nota 15)				
Cipolin S.A. (d)	(38.164)	(31.188)	-	-
Outras contas a pagar				
Tergran	(1.188)	(1.188)	-	-
MAC-DO (c)	-	(9.939)	-	(9.939)
	(39.352)	(42.315)	-	(9.939)
Passivo não circulante				
Outras contas a pagar				
Cipolin S.A. (e)	(5.727)	(22.997)	-	-
	(5.727)	(22.997)	-	-
Resultado				
Cipolin S.A. - Custo com importação de trigo			614.172	412.466
Tergran - Custos portuários			3.519	3.010
			617.691	415.476

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

- (a) Valor ref. à venda de propriedades para investimento conforme contratos firmados em 28 de dezembro de 2018, com prazo para pagamento até dezembro de 2025.
- (b) Importações de matéria prima em andamento (Estoques) da controlada Cipolin.
- (c) Saldo de mútuo com as controladoras, sobre o qual incide encargos mensais mediante aplicação de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) e um percentual da taxa média do CDI – Certificado de Depósito Interbancário. Os contratos foram celebrados em condições específicas, contratadas entre as partes, não necessariamente realizadas em condições usuais de mercado.
- (d) Saldo em aberto na conta de fornecedores estrangeiros em favor da controlada Cipolin.
- (e) Refere-se a contratos de mútuos firmados entre a Companhia e a Cipolin, atualizados monetariamente pela variação do dólar norte-americano, acrescidos de juros de 2,51% a.a. e com prazo de 5 anos com renovação em períodos consecutivos de 30 dias, no montante de R\$ 5.727 (2019: R\$ 4.351), além de R\$ 18.646 em 2019 referente a contrato de comissões sobre compra de trigo e outras operações. Em dezembro de 2020 foi firmado um Termo de Remissão de Dívida referente a esse contrato.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da companhia

A Assembleia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore global dos administradores em até R\$ 417 mensal, limitado a R\$ 5.000/ano para o exercício de 2020 (R\$ 20.000/ano em 2019), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas com honorários da Administração totalizaram R\$ 3.483 (2019: R\$ 9.689).

Avais e garantias

As operações para empréstimos e financiamentos perante instituições financeiras são em sua maioria, lastreadas por aval, hipotecas, notas promissórias e alienação fiduciária da Companhia.

As operações, concernente às garantias representaram no exercício findo de 31 de dezembro de 2020, 40% (2019: 75,58%) do saldo devedor total perante instituições financeiras.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	47.468	47.468
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Provisão para perda ao valor recuperável	97	119
Provisão para perdas com estoques	118	1.229
Provisão para contingências	5.699	5.559
Provisão de honorários de êxito	812	1.226
Perda operação "swap"	-	598
Arrendamentos	989	676
Obrigações com benefícios definidos pós-emprego	6.965	6.027
Outras provisões	1.147	1.093
Total diferido ativo	63.295	63.995
Ágio Chiarini	-	(2.176)
Ganho operação "swap"	-	(2.109)
Ajuste de avaliação patrimonial	(7.113)	(7.377)
Valor justo propriedade para investimento	(14.334)	(15.663)
Juros sobre empréstimos capitalizados	(25.099)	(22.432)
Diferença depreciação fiscal	(19.701)	(14.238)
Total diferido passivo	(66.247)	(63.995)
Total de imposto diferido líquido	(2.952)	-

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Corrente				
Imposto de renda	(18)	1.180	(97)	1.103
Contribuição social	(9)	-	(38)	(28)
	(27)	1.180	(135)	1.075
Diferidos				
Imposto de renda	1.842	(4.727)	1.842	(4.727)
Contribuição social	664	(1.909)	664	(1.909)
	2.506	(6.636)	2.506	(6.636)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	2.479	(5.456)	2.371	(5.561)

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (prejuízo) contábil antes do Imposto de Renda e da CSLL	99.983	(63.987)	100.091	(63.882)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(33.994)	21.756	(34.031)	21.720
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	(1.915)	(5.831)	(1.915)	(5.831)
Outras adições, líquidas (a)	(7.214)	(64.725)	(7.285)	(64.794)
	(9.129)	(70.556)	(9.200)	(70.625)
Exclusões permanentes				
Ganho de incentivos fiscais	45.602	43.344	45.602	43.344
	45.602	43.344	45.602	43.344
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	2.479	(5.456)	2.371	(5.561)
Alíquota efetiva	2,48%	8,53%	2,37%	8,71%

a) Representado, substancialmente, por ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, não contabilizado, devido à ausência de expectativa de utilização num prazo razoável.

11. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Participações em empresas controlada, coligada e controlada em conjunto	13.038	10.568	3.555	3.658
Ágio (Nota 14)	-	6.399	-	-
Outros investimentos	224	256	224	256
	13.262	17.223	3.779	3.914

Informações sobre as controladas:	31/12/2020			31/12/2019		
	Tergran	Cipolin	Cemec	Tergran	Cipolin	Cemec
Quantidade de ações	2.193.000	459.773.063	4.979	2.193.000	459.773.063	4.979
Participação no capital total e votante:	33,33%	100,00%	16,01%	33,33%	100,00%	16,94%
Ativo circulante	5.706	57.587	172	6.610	62.947	138
Ativo não circulante	8.590	5.726	26.319	7.276	22.996	26.750
Total de ativos	14.296	63.313	26.491	13.886	85.943	26.888
Passivo circulante	1.422	56.242	170	1.530	81.435	163
Passivo não circulante	5.637	-	4.113	5.148	-	5.136
Total de passivos	7.059	56.242	4.283	6.678	81.435	5.299
Patrimônio líquido	7.237	7.071	22.208	7.208	4.508	21.589
Capital social	9.204	37.787	88.536	9.204	10.576	87.272
Prejuízo do exercício	28	(24.904)	(645)	(875)	(3.459)	(828)

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Investimentos--Continuação

Movimentação dos investimentos	31/12/2020			31/12/2019	
	Tergran	Cipolin	Cemec	Total	Total
Saldo inicial	2.403	4.508	3.657	10.568	10.443
Adição de investimento via incorporação reversa	-	-	-	-	3.798
Resultado de equivalência patrimonial	9	(24.904)	(106)	(25.001)	(3.892)
Aumento de Capital	-	27.211	-	27.211	-
Varição cambial de investimento no exterior	-	256	-	256	219
Ajuste por diluição na participação	-	-	4	4	-
Saldo final	2.412	7.071	3.555	13.038	10.568

12. Propriedades para investimentos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Propriedade para investimentos	52.092	-
Adições	-	6.024
Remensuração do valor justo	(3.909)	46.068
Baixa	(113)	-
Saldo final	48.070	52.092

A propriedade para investimentos se refere à unidade fabril de Maceió, desativada em 2019. Estes ativos, que compreendem terrenos, edificações e instalações, estão disponíveis para arrendamento a terceiros e/ou para valorização, e estão registrados a valor justo com base em avaliação realizada por avaliadores independentes e especializados ao final de cada de exercício, uma vez que não são esperadas mudanças significativas no valor gerado em períodos anteriores.

13. Imobilizado

a) Controladora

Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	31/12/2020			31/12/2019		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	26.043	-	26.043	26.043	-	26.043
Edificações e outros imóveis	3,2	401.380	(105.301)	296.079	337.045	(93.970)	243.075
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	9,0	524.889	(200.166)	324.723	486.782	(179.023)	307.759
Instalações	10,0	35.015	(22.777)	12.238	34.377	(20.275)	14.102
Móveis e utensílios	10,7	9.436	(7.503)	1.933	10.255	(8.006)	2.249
Computadores e periféricos	28,7	8.552	(7.457)	1.095	8.552	(6.954)	1.598
Veículos	10,8	269	(169)	100	591	(367)	224
Outros	13,3	7.081	(5.433)	1.648	7.806	(5.449)	2.357
		1.012.665	(348.806)	663.859	911.451	(314.044)	597.407
Imobilizado em andamento (a)	-	82.390	-	82.390	174.195	-	174.195
Direito de uso em arrendamento (Nota 19)	-	54.646	(22.658)	31.988	59.455	(12.505)	46.950
		1.149.701	(371.464)	778.237	1.145.101	(326.549)	818.552

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. Imobilizado--Continuação

a) Controladora--Continuação

Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2018	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/12/2019
Terrenos	26.826	-	(783)	-	-	26.043
Edificações e outros imóveis	188.197	2.769	(6.442)	67.336	(8.785)	243.075
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	146.623	9.117	(1.481)	171.873	(18.373)	307.759
Instalações	17.071	610	(664)	-	(2.915)	14.102
Móveis e utensílios	2.713	129	(31)	(127)	(435)	2.249
Computadores e periféricos	2.008	1.451	(39)	(1.246)	(576)	1.598
Veículos	448	-	(198)	-	(26)	224
Outros	2.779	429	(1)	(61)	(789)	2.357
Imobilizado em andamento (a)	329.054	85.368	(888)	(239.339)	-	174.195
Direito de uso em arrendamento (Nota 19)	-	58.490	(1.228)	1.564	(11.876)	46.950
	715.719	158.363	(11.755)	-	(43.775)	818.552

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/12/2020
Terrenos	26.043	-	-	-	-	26.043
Edificações e outros imóveis	243.075	5.365	-	58.991	(11.353)	296.079
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	307.759	11.163	(2.950)	37.446	(28.695)	324.723
Instalações	14.102	201	(5)	652	(2.713)	12.238
Móveis e utensílios	2.249	99	(28)	-	(387)	1.933
Computadores e periféricos	1.598	91	(6)	-	(588)	1.095
Veículos	224	-	(110)	-	(14)	100
Outros	2.357	46	(109)	-	(646)	1.648
Imobilizado em andamento (a)	174.195	14.163	(8.877)	(97.090)	(1)	82.390
Direito de uso em arrendamento (Nota 19)	46.950	3.383	(5.148)	-	(13.197)	31.988
	818.552	34.512	(17.232)	-	(57.595)	778.237

b) Consolidado

Composição dos saldos

	31/12/2020			31/12/2019			
	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	26.043	-	26.043	26.043	-	26.043
Edificações e outros imóveis	3,2	405.483	(108.087)	297.396	341.103	(96.562)	244.541
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	9,0	527.931	(202.533)	325.398	489.522	(181.379)	308.143
Instalações	10,0	36.178	(23.176)	13.002	35.136	(20.603)	14.533
Móveis e utensílios	10,7	9.513	(7.559)	1.954	10.331	(8.056)	2.275
Computadores e periféricos	28,7	8.802	(7.629)	1.173	8.795	(7.084)	1.711
Veículos	10,8	269	(169)	100	591	(367)	224
Outros	13,3	7.081	(5.433)	1.648	7.806	(5.449)	2.357
		1.021.300	(354.586)	666.714	919.327	(319.500)	599.827
Imobilizado em andamento (a)	-	82.390	-	82.390	174.195	-	174.195
Direito de uso em arrendamento (Nota 19)	-	54.646	(22.658)	31.988	59.455	(12.505)	46.950
		1.158.336	(377.244)	781.092	1.152.977	(332.005)	820.972

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. Imobilizado--Continuação

b) Consolidado--Continuação

Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2018	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/12/2019
Terrenos	26.826	-	(783)	-	-	26.043
Edificações e outros imóveis	188.742	3.803	(6.442)	67.336	(8.898)	244.541
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	146.944	9.234	(1.481)	171.873	(18.427)	308.143
Instalações	17.129	994	(664)	-	(2.926)	14.533
Móveis e utensílios	2.742	131	(31)	(127)	(440)	2.275
Computadores e periféricos	2.018	1.574	(39)	(1.246)	(596)	1.711
Veículos	448	-	(198)	-	(26)	224
Outros	2.779	429	(1)	(61)	(789)	2.357
Imobilizado em andamento (a)	329.054	85.368	(888)	(239.339)	-	174.195
Direito de uso em arrendamento (Nota 19)	-	58.490	(1.228)	1.564	(11.876)	46.950
	716.682	160.023	(11.755)	-	(43.978)	820.972

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/12/2020
Terrenos	26.043	-	-	-	-	26.043
Edificações e outros imóveis	244.541	5.409	-	58.991	(11.545)	297.396
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	308.143	11.610	(2.988)	37.446	(28.813)	325.398
Instalações	14.533	607	(7)	652	(2.783)	13.002
Móveis e utensílios	2.275	99	(28)	-	(392)	1.954
Computadores e periféricos	1.711	98	(1)	-	(635)	1.173
Veículos	224	-	(110)	-	(14)	100
Outros	2.357	46	(109)	-	(646)	1.648
Imobilizado em andamento (a)	174.195	14.163	(8.877)	(97.089)	(2)	82.390
Direito de uso em arrendamento (Nota 19)	46.950	3.383	(5.148)	-	(13.197)	31.988
	820.972	35.415	(17.268)	-	(58.027)	781.092

(a) O saldo em 31 de dezembro de 2020 é composto por bens de obras em andamento, no montante de R\$ 82.390 (2019: R\$ 163.299) que equivale, substancialmente, a investimentos para a modernização, aumento da capacidade produtiva e expansão da estocagem de trigo nas unidades de Fortaleza e Salvador.

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi de R\$ 8.918 (2019: R\$ 24.021). A taxa média utilizada para capitalização foi de 8,01% a.a. (2019: 8,07% a.a.).

c) Composição da depreciação e amortização

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia registrou em seu resultado, custos e despesas com depreciação e amortização, conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesa com depreciação	(56.835)	(43.027)	(57.267)	(43.230)
Despesa com amortização (Nota 14)	(1.669)	(3.314)	(1.669)	(3.314)
Despesa com depreciação do custo atribuído	(760)	(748)	(760)	(748)
Depreciação e amortização no exercício	(59.264)	(47.089)	(59.696)	(47.292)

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. Imobilizado--Continuação

d) Análise de recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis

Tangíveis e intangíveis com vida útil definida

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi realizado teste de recuperabilidade dos ativos tangíveis com vida útil definida por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta Administração.

O teste de recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas para o exercício findo em 2020, visto que o valor recuperável excede o valor líquido na data da avaliação.

Principais premissas utilizadas nos testes de perda do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis considerou-se a Companhia como uma única unidade geradora de caixa.

A Companhia realizou teste de valor recuperável dos ativos tangíveis em 2020, por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta Administração.

Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 5 (cinco) anos, e a partir de então, considerando-se a taxa de crescimento de longo prazo nas premissas até o final da vida útil dos respectivos ativos.

Para desconto dos fluxos de caixa futuros utilizou-se a taxa antes dos impostos de 7,71%.

A estimativa do valor em uso utilizou as seguintes premissas:

Receitas

O volume e o preço de venda foram projetados mês a mês tomando como base o potencial de compra dos clientes de suas regiões de atuação, visando um crescimento orgânico da operação. Após a consolidação dos dados foram feitas revisões até que se obtivesse a melhor projeção possível e, conseqüentemente, a melhor previsão das vendas consolidadas.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. Imobilizado--Continuação

d) Análise de recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis--Continuação

Custo

O custo dos produtos vendidos foi projetado com base no critério de absorção de custos de cada planta para cada localidade. Após a definição da projeção de vendas foi projetada a distribuição da necessidade de produção de acordo com a capacidade instalada e o nível de eficiência a ser obtido em cada unidade. Os demais custos indiretos de fabricação foram embasados nos gastos orçados e aprovados pela alta Administração para os centros de custos indiretos de cada localidade.

Despesas

As despesas variáveis foram projetadas com base nos percentuais históricos sobre a receita operacional bruta. As despesas administrativas e gerais de vendas foram embasadas nos gastos orçados e aprovados pela alta Administração para os centros de custos de cada localidade.

e) Ativos concedidos em garantias

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado concedidos em garantia de operações financeiras, conforme apresentados abaixo:

<u>Descrição dos itens oferecidos em garantia</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Máquinas e equipamentos	285.820	273.849
Edificações	229.582	211.694
Instalações	10.857	12.260
Móveis e utensílios	1.156	1.346
Terrenos	22.243	22.243
Imobilizado em andamento	71.440	111.913
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	-	1.304
Outros	2.231	1.846
	623.329	636.455

Todas as operações garantidas pelos ativos imobilizados são associadas ao FINEM e ao FINAME do BNDES.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	Softwares e sistemas informatizados	Ágio na aquisição de investimentos (a)	Softwares e sistemas informatizados	Total
Vida útil	Definida	Indefinida	Definida	
<u>Custo:</u>				
Em 31 de dezembro de 2019	58.315	6.399	58.315	64.714
Adições	1.171	-	1.171	1.171
Baixas	-	(6.399)	-	(6.399)
Em 31 de dezembro de 2020	59.486	-	59.486	59.486
<u>Amortização:</u>				
Em 31 de dezembro de 2019	(52.645)	-	(52.645)	(52.645)
Amortização	(1.669)	-	(1.669)	(1.669)
Em 31 de dezembro de 2020	(54.314)	-	(54.314)	(54.314)
<u>Valor contábil líquido:</u>				
Em 31 de dezembro de 2020	5.172	-	5.172	5.172
Em 31 de dezembro de 2019	5.670	6.399	5.670	12.069

(a) Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou a baixa do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura ref. à aquisição da marca Chiarini. A Companhia decidiu descontinuar o uso dessa marca.

15. Fornecedores

Refere-se às contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação entre 07 e 120 dias.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Nacionais	79.636	115.895	79.735	115.976
Estrangeiros (a)	41.711	73.621	39.065	119.883
	121.347	189.516	118.800	235.859

(a) Representado, substancialmente, por contas a pagar para compra de trigo e outras matérias-primas. Em 31 de dezembro de 2020, o montante de contas a pagar com a controlada Cipolin foi de R\$ 38.164 (2019: R\$ 31.188).

16. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS	6.974	5.286	6.974	5.286
INSS retido	105	327	105	327
ISS retido	403	478	403	481
Outros tributos a recolher	1.207	1.352	1.265	1.451
	8.689	7.443	8.747	7.545

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Composição dos saldos

Natureza	Indexador	Taxas de juros (a.a.)		Controladora e Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Moeda nacional – R\$					
Finame (b)	Pré-fixado	3,50% a 9,80%	3,50% a 9,80%	37.352	49.081
Finem BNDES (b)	Pré-fixado, TJLP e moedas	3,50% a 9,68%	3,50% a 9,68%	150.067	183.771
Crédito rural	CDI	2,75% a 4,78%	2,50% a 3,80%	50.327	60.683
Capital de giro	CDI e IPCA	2,50% a 8,00%	0,80% a 3,80%	237.077	252.938
Antecipação de recebíveis (d)	Pré-fixado	-	1,0% a 1,10%	-	19.375
Moeda estrangeira – US\$					
Capital de giro (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	-	5,12%	-	16.557
Finimp (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	-	0,65% a 5,70%	-	13.635
				474.823	596.040
Circulante				(235.571)	(228.387)
Não circulante				239.252	367.653

(a) Garantido, parcialmente, com títulos em cobrança e notas promissórias.

(b) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.

(c) Operações com "swap" para CDI conforme Nota 28c.

(d) Operações de desconto de duplicatas.

As parcelas a vencer no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	176.282
2022	170.221	153.291
2023	41.854	19.242
2024	11.746	5.776
A partir de 2025	15.431	13.062
	239.252	367.653

Movimentação dos saldos

Descrição	Saldos em 31/12/2019	Adições			Amortizações			Saldos em 31/12/2020
		Principal	Juros	Varição cambial	Principal	Encargos	Transf.	
Finame / Finem BNDES	56.537	-	17.741	-	(47.519)	(13.713)	86.000	99.046
Finimp	13.635	7.860	518	3.615	(25.098)	(530)	-	-
Capital de giro – moeda estrangeira	16.557	-	499	5.442	(21.917)	(581)	-	-
Capital de giro – moeda nacional	91.600	6.540	20.990	-	(60.952)	(9.037)	37.056	86.198
Crédito rural	30.683	-	4.057	-	(10.000)	(4.413)	30.000	50.327
Antecipação de recebíveis	19.375	98.207	1.132	-	(117.582)	(1.132)	-	-
Total circulante	228.387	112.607	44.937	9.058	(283.068)	(29.406)	153.056	235.571
Finame / Finem BNDES	176.315	-	(1.942)	-	-	-	(86.000)	88.373
Capital de giro – moeda nacional	161.338	29.632	(3.035)	-	-	-	(37.056)	150.879
Crédito rural	30.000	-	-	-	-	-	(30.000)	-
Total não circulante	367.653	29.632	(4.977)	-	-	-	(153.056)	239.252
Total	596.040	142.239	39.960	9.058	(283.068)	(29.406)	-	474.823

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)--Continuação

Os empréstimos e financiamentos contratados junto ao BNDES exigem o cumprimento de determinados índices associados ao balanço patrimonial e demonstração do resultado da Companhia, apurados anualmente, no encerramento do exercício. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia está adimplente com suas obrigações.

Transações que não envolvem caixa

No exercício de 2020, a Companhia realizou atividades de investimentos e financiamentos que não envolveram o uso de caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa do exercício. Essas transações se referem a FINIMP, nas quais o pagamento dos bens ocorre diretamente pelas instituições financeiras, não transitando os recursos no caixa da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não há saldo de Finimp em aberto (2019: R\$ 13.635).

18. Debêntures (controladora e consolidado)

Em 4 de dezembro de 2018, foram emitidas debêntures (3ª emissão) sob forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, cujo recebimento efetivo foi realizado em janeiro de 2019. O saldo do valor nominal unitário será amortizado em 7 parcelas semestrais e iguais, sendo a primeira no final do 24º mês a contar da data de emissão, e a última, na data de vencimento (04 de dezembro de 2023).

Em 14 de agosto de 2019, ocorreu a 4ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária. As debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores, por meio da assinatura da Escritura de Emissão.

O valor nominal unitário da 4ª emissão de debêntures simples será amortizado em uma única parcela, na data de vencimento (11 de agosto de 2022).

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Principal	3.620	12.929
Encargos	1.153	2.041
Não circulante		
Principal	156.880	134.604
	161.653	149.574

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18. Debêntures (controladora e consolidado)--Continuação

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	25.857
2022	77.240	82.890
2023	10.860	25.857
2024	68.780	-
	156.880	134.604

Características das ofertas

Debêntures	3ª. Emissão
Tipo	Simple, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	181
Remuneração	Taxa DI + 4,5% a.a.
Vencimento	23/09/2024

Debêntures	4ª. Emissão
Tipo	Simple, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	150
Remuneração	Taxa DI + 2,0 % a.a.
Vencimento	11/08/2022

A Companhia está obrigada, devido à terceira e quarta emissão de debêntures, a observar determinados índices associados ao seu balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2020, e à demonstração do resultado do exercício findo naquela data, com os quais está adimplente.

19. Arrendamentos

A Companhia possui contratos de aluguel classificados como arrendamento que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2), vigente desde 1º de janeiro de 2019.

Na data da adoção inicial, a Companhia reconheceu o ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento, mensurando-o ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental sobre empréstimos equivalente a 8,69% a.a.

A composição do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2020 está representada a seguir:

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19. Arrendamentos--Continuação

a) Ativo de direito de uso

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	35.189	11.020	741	46.950
Adições	2.161	1.222	-	3.383
Baixas	(2.149)	(2.999)	-	(5.148)
Depreciação	(9.235)	(3.655)	(307)	(13.197)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	25.966	5.588	434	31.988

b) Passivo de arrendamento

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	36.193	11.234	673	48.100
Adições	2.185	897	-	3.082
Baixas	(2.196)	(3.072)	-	(5.268)
Juros incorridos	2.635	688	160	3.483
Pagamentos	(11.128)	(3.843)	(477)	(15.448)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	27.689	5.904	356	33.949
Circulante	8.839	3.470	285	12.594
Não circulante	18.850	2.434	71	21.355

c) Cronograma do passivo de arrendamento

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Vencimentos das prestações		
2020	-	17.152
2021	15.044	16.063
2022	12.831	12.425
2023	8.019	7.887
2024	2.403	2.457
Valores não descontados	38.297	55.984
Juros embutidos	(4.348)	(7.884)
Saldo do passivo de arrendamento	33.949	48.100

d) Créditos de PIS e Cofins potencial

Os pagamentos das contraprestações efetuados pela Companhia geram o direito de se creditar de PIS e COFINS. Nesse sentido, o custo do direito de uso reconhecido em contrapartida ao passivo de arrendamento, devidamente ajustado a valor presente, embute um potencial direito de crédito tributário futuro, a ser apropriado ao resultado do exercício mediante a depreciação dos bens arrendados pelo prazo do contrato de arrendamento.

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme períodos previstos para pagamento.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19. Arrendamentos--Continuação

d) Créditos de PIS e Cofins potencial--Continuação

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	38.297	33.949
PIS/Cofins potencial (9,25%)	3.542	3.140

e) Divulgação complementar CPC06 (R2)

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Conforme orientação do referido ofício-circular são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos exercícios de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

	Fluxo real		Fluxo inflacionado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Arrendamentos	33.949	48.100	35.894	49.592
	33.949	48.100	35.894	49.592

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis.

f) Documento de Revisão de Pronunciamentos técnicos nº 16, referente ao CPC06 (R2)

Em relação à Deliberação CVM Nº 859 de 7 de julho de 2020, que aprovou e tornou obrigatório, para as companhias abertas, o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, a Companhia esclarece que não obteve benefícios relacionados à Covid-19 em seus contratos de arrendamento.

20. Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20. Provisão para contingências--Continuação

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

	Controladora e Consolidado			
	Tributária (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.959	6.463	2.588	12.010
Provisões	9.809	2.848	235	12.892
Encargos financeiros	88	562	59	709
Reversão de provisões	(5.344)	126	5	(5.213)
Pagamentos	(1.213)	(1.896)	(940)	(4.049)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.299	8.103	1.947	16.349
Provisões	69	8.200	3.158	11.427
Encargos financeiros	28	619	346	993
Reversão de provisões	(4.930)	(1.172)	(769)	(6.871)
Pagamentos	(385)	(3.806)	(945)	(5.136)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.081	11.944	3.737	16.762

O total de pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi de R\$ 5.136 (2019: R\$ 4.049), sendo R\$ 3.806 (2019: R\$ 1.896), referente a contingências trabalhistas, R\$ 945 (2019: R\$ 940), referente a contingências cíveis e administrativas e R\$ 385 (2019: R\$ 1.213), referente a contingências tributárias.

a) Tributárias

A maior parte da contingência tributária da empresa refere-se a (i) glosa de créditos de ICMS em decorrência de guerra fiscal, (ii) glosa de créditos de PIS/COFINS importação decorrentes de decisão judicial, (iii) autuação decorrente de utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL após incorporação, e (iv) exclusões indevidas de parcelamentos federais.

b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra o Grupo referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por danos material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional, bem como discussões acerca de eventuais verbas rescisórias.

Os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e depósitos recursais totalizavam o montante de R\$ 5.068 em 31 de dezembro de 2020 (2019: R\$ 5.813). Não existem provisões que possuam bens como garantia na área trabalhista.

b) Cíveis e administrativas

A maior parte das ações nas quais o Grupo figura como réu refere-se, sobretudo, a ações de representantes comerciais e de cobranças fundadas em motivos variados.

A J.Macêdo S.A. é parte ativa em alguns processos de ação declaratória de nulidade de títulos e sustações de protestos, dentre outros, que dão origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos futuros para a entidade, cujo montante em andamento é de R\$ 17.509 (2019: R\$ 5.118).

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20. Provisão para contingências--Continuação

A Companhia possui passivos contingentes que não estão sujeitos ao registro contábil, conforme normas vigentes, por serem classificados pela Administração e seus assessores legais como de risco possível. Tais contingências estão assim representadas:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Tributária	289.475	263.678
Trabalhista	21.397	25.346
Cível	23.305	37.655
	334.177	326.679

Abaixo estão detalhadas as principais causas de natureza tributária, cujas expectativas de perdas foram classificadas como possível e valor superior a R\$ 10.000:

Autor: Receita Federal do Brasil

- I. Auto de infração de IRPJ (proc. 10380.724500/2010-47), no valor de R\$ 30.700, lavrado por supostamente não ter sido respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal após incorporação. Aguarda-se julgamento administrativo.
- II. Auto de infração de CSLL (proc. 10380.724501/2010-91), no valor de R\$ 11.738, lavrado por supostamente não ter sido respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal após incorporação. Aguarda-se julgamento administrativo.
- III. Execução Fiscal (proc. 0008822-39.2006.4.05.8100), no valor de R\$ 15.184, decorrente da exclusão da Companhia do REFIS-IV (Lei 11.941/2009), o que ocorreu em virtude da PGFN ter convertido os depósitos judiciais em desconformidade com o art. 10 da Lei 11.941/2009. A Companhia apresentou seguro garantia e Embargos à Execução Fiscal. Aguarda-se julgamento judicial.
- IV. Ação anulatória (proc. 0820489-66.2018.4.05.8100), no valor de R\$ 12.886, objetivando a reinclusão da empresa no REFIS da Lei 12.865/13 (modalidade RFB - DEMAIS - Art. 1º), quitado com RQA. A RFB entendeu que a Companhia não poderia ter quitado duas modalidades do parcelamento (Lei 11.941/09 e Lei 12.865/13) com um único DARF, motivo pelo qual a excluiu do parcelamento da Lei 12.865/13. Aguarda-se julgamento judicial.
- V. Auto de Infração de IRPJ e CSLL (proc. nº 10380.732850/2012-49) no valor total de R\$ 21.646, relativo aos anos calendários de 2007 e 2008, no qual remanesce apenas a exigência decorrente do aproveitamento de prejuízos fiscais e de bases negativas de CSLL em virtude da legítima incorporação da J. Macêdo S/A pela Águia S/A. Aguarda-se julgamento administrativo.

Autor: Estado de São Paulo

- I. Execução fiscal proveniente de auto de infração de ICMS (proc. 0019881-14.2009.8.26.0562), no valor de R\$ 27.999, referente a supostas remessas de farinha de trigo para armazém geral e importação de trigo parcialmente destinada a outros Estados. Aguarda-se julgamento judicial.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20. Provisão para contingências--Continuação

Autor: Estado de São Paulo—Continuação

- II. Execução Fiscal (proc. 1500148-30.2015.8.26.0577), no valor de R\$ 26.440, oriundo do Auto de Infração lavrado com alegação de: (i) entrega de arquivo magnético com supostos erros de informações; e (ii) crédito indevido em decorrência do cálculo utilizado para as saídas isentas. Aguarda-se julgamento judicial.

Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

- I. Auto de infração lavrado pelo Estado do Rio de Janeiro (proc. 0060107-87.2009.8.19.0002), no valor de R\$ 30.002, por suposta falta de pagamento de ICMS devido na importação do trigo. Questiona-se o diferimento desse imposto para o farelo. Aguarda-se julgamento judicial.

Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará

- I. Auto de infração lavrado pelo Estado do Ceará (proc. 2019.15343-6) para cobrança de ICMS e multa de 100% por suposta transferência indevida de créditos, no valor de R\$ 14.377. Questiona-se o destaque de 4% ao invés de 12% de ICMS nas vendas para fora do Protocolo 46/00. Aguarda-se julgamento administrativo.

21. Subvenções governamentais (Controladora)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia fez jus a R\$ 134.124 em subvenções estaduais (2019: R\$ 127.482).

Em relação às subvenções federais, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não apurou base para cálculo do lucro da exploração.

As subvenções federais e estaduais estão descritas a seguir:

a) ADENE (âmbito federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui na redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos para: (i) industrialização de trigo para a unidade de Fortaleza (desde 2018 até 2027), (ii) fabricação de massas alimentícias e misturas para bolo (desde 2018 até 2027) e (iii) industrialização de trigo e seus derivados (desde 2015 até 2024) para a unidade de Salvador e (iv) fabricação de biscoitos para a unidade de Simões Filho (desde 2017 até 2026). Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada e reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

As normas disciplinadoras do benefício fiscal de redução do imposto de renda, nos termos dos arts. 13 e 14 da Lei nº 4.239 de 27 de setembro de 1963, Decreto nº 64.214/69 e modificações posteriores, estabelecem que as empresas beneficiárias devem anualmente atualizar os seus pleitos na SUDENE, a fim de obterem uma declaração anual para comprovação da situação de regularidade perante a Secretaria da Receita Federal. A Companhia encontra-se regular na SUDENE.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21. Subvenções governamentais (Controladora)--Continuação

b) PROVIN (Estado do Ceará)

A J.Macêdo S.A. é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas (PROVIN), que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014, e prorrogado de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. A partir de fevereiro de 2016, o pagamento do ICMS diferido passou de 15% para 1% da parcela financiada, mantendo a atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (99%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

Em agosto de 2016, o governo do Ceará regulamentou o Fundo de Equilíbrio Fiscal do Estado do CE (FEEF) para as empresas beneficiárias do PROVIN, no qual a Companhia estava sujeita ao pagamento durante o período de setembro de 2016 a agosto de 2018, e que foi prorrogado até 31 de dezembro de 2021. O FEEF é considerado um encargo e corresponde a 9% do incentivo (2019: 9%). Seu recolhimento ocorrerá se o valor da arrecadação do mês for inferior quando comparado ao mesmo mês do exercício anterior, limitado a 9% (2019: 9%) do valor do incentivo. A partir de janeiro de 2021, o percentual do FEEF a ser considerado será de 7%.

c) DESENVOLVE (Estado da Bahia)

A Companhia é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica ("DESENVOLVE"), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de setembro de 2005, e modificações posteriores definidas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008, nº 59, de 26 de agosto de 2009, e nº 183, de 17 de dezembro de 2013.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses, ou perdão da dívida mediante o pagamento do valor residual até o dia 20 do mês subsequente ao da apuração. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J.Macêdo até novembro de 2025.

Os recursos incentivados à unidade industrial ocorrem mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81% do ICMS Normal devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da referida unidade.

Em setembro de 2016, o governo da Bahia instituiu condição para concessão e manutenção de benefícios e incentivos fiscais, condicionando o benefício da Companhia ao pagamento do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP) no período de setembro de 2016 a dezembro de 2018, e que foi prorrogado até 31 de dezembro de 2022. O FECEP é considerado um encargo e corresponde a 10% do valor do benefício usufruído com base no valor do desconto do ICMS obtido na data da liquidação antecipada da parcela do imposto, cujo prazo tenha sido dilatado.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21. Subvenções governamentais (Controladora)--Continuação

d) Crédito presumido (Estado da Bahia)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito presumido de 16,67% nas saídas de mistura para bolo, pó para sobremesa e fermento nas operações interestaduais, e redução da base de cálculo de ICMS em 41,18% para os mesmos itens nas operações internas.

e) Crédito outorgado (Estado de Goiás)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito outorgado de 3% sobre as saídas interestaduais tributadas a 12%.

f) Crédito presumido (Estado do Paraná)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito presumido nas saídas de farinha de trigo nos seguintes casos: 10% - Saídas para MG, RJ e SP; e 5% - Saídas para PR e demais saídas interestaduais tributadas a 12%.

g) Crédito outorgado (Estado de São Paulo)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito outorgado de 7% nas saídas internas de farinha de trigo e massas.

h) Crédito outorgado (Estado de Pernambuco)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito outorgado de 3% nas entradas de transferência e saídas interestaduais de misturas, fermentos e sobremesas.

i) Crédito Presumido (Estado de Minas Gerais)

A J.Macêdo S.A. possui incentivo de crédito presumido, obtido por meio de Regime Especial, para as filiais estabelecidas no Estado de Minas Gerais. O crédito presumido é calculado de forma a zerar a carga tributária nas saídas de farinha de trigo oriundas da moagem realizada no Estado, para a filial Moinho.

A seguir, o quadro resumo dos incentivos federais e estaduais constituídos, que totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, uma reserva de R\$ 482.129, acrescida de R\$ 3.427 referente a sobra de reserva legal constituída em 2019 acima do limite de 20% do capital social, e dos quais R\$ 69.148 foram utilizados na absorção de prejuízo do exercício de 2019.

	Incentivos fiscais			Reserva de incentivos fiscais			
	Federais	Estaduais	Total	Constituída	Ajuste entre reservas	Absorção de prejuízos	A constituir
2003 a 2016	8.517	282.377	290.893	(290.893)	-	-	-
2017	-	48.123	48.123	(26.966)	-	-	21.157
2018	-	125.961	125.961	(61.294)	-	-	64.667
2019	-	128.450	128.450	-	-	69.148	197.598
2020	-	134.124	134.124	(102.976)	(3.427)	-	27.721
	8.517	719.035	727.551	(482.129)	(3.427)	69.148	311.143

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social subscrito e integralizado estava representado conforme quadro abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Capital social	132.042	132.042
Ações nominativas - Quantidade:		
Ordinárias	10.674.856	10.674.856
Preferenciais classe A	8.691.558	8.691.558
Preferenciais classe B	1.296	1.296
	<u>19.367.710</u>	<u>19.367.710</u>

O capital social autorizado da Companhia é de 200.000.000 ações, sendo 100.000.000 ordinárias e 100.000.000 preferenciais, nominativas e sem valor nominal, e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações.

b) Reserva de lucros - Incentivos fiscais estaduais e federais

Refere-se ao incentivo fiscal federal de redução do imposto de renda e incentivo estadual de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na Nota 21.

c) Outros resultados abrangentes

- i) Ajuste de avaliação patrimonial: A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial.
- ii) Outros: O saldo de R\$ 17.294 corresponde ao efeito do registro do passivo atuarial de benefícios pós-emprego (Nota 25).

d) Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos, conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido (Controladora)--Continuação

d) Destinação do lucro--Continuação

	Controladora	
	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	102.462	(69.443)
(-) Reserva legal - 5%	-	-
	102.462	(69.443)
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	514	295
(-) Reservas de lucros: incentivos fiscais Base de cálculo dos dividendos	(102.976)	69.148
	-	-

Em 31 de dezembro de 2020 não há base para distribuição de dividendos.

e) Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

23. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de vendas	2.187.454	2.133.096	2.192.572	2.138.867
(-) Impostos	(191.124)	(186.930)	(192.046)	(187.735)
(-) Devoluções	(25.776)	(44.777)	(25.776)	(44.777)
(-) Abatimentos e outros	(55.541)	(108.708)	(55.541)	(108.708)
Receita líquida de vendas	1.915.013	1.792.681	1.919.209	1.797.647

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Com a mudança na estratégia de vendas em 2020, obtivemos uma significativa redução nos acordos e verbas extras firmadas com os clientes, o que gerou a queda no valor de abatimentos.

24. Custos e despesas operacionais

a) Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Matérias-primas e embalagens	(1.117.569)	(1.014.236)	(1.120.646)	(1.019.219)
Pessoal	(210.920)	(246.312)	(211.075)	(246.367)
Serviços de terceiros e fretes	(219.463)	(305.856)	(220.048)	(306.144)
Depreciação e amortização	(58.226)	(47.089)	(58.226)	(47.292)
Outros	(131.992)	(197.446)	(132.876)	(197.967)
	(1.738.170)	(1.810.939)	(1.742.871)	(1.816.989)

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

24. Custos e despesas operacionais--Continuação

b) Por função

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custos dos produtos vendidos	(1.380.211)	(1.303.709)	(1.383.287)	(1.308.895)
Despesas com vendas	(266.434)	(388.630)	(266.434)	(388.630)
Despesas gerais e administrativas (a)	(91.525)	(118.600)	(93.150)	(119.464)
	(1.738.170)	(1.810.939)	(1.742.871)	(1.816.989)

(a) Constituídas por despesas gerais, administrativas, honorários da Administração, depreciação e amortização.

25. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ordenados e salários	(76.179)	(84.952)	(77.577)	(86.233)
Custos de previdência social	(29.820)	(34.795)	(30.226)	(35.109)
Participação nos resultados	(899)	(1.980)	(899)	(1.980)
	(106.898)	(121.727)	(108.702)	(123.322)

b) Benefícios pós-emprego

Algumas empresas do Grupo oferecem benefício de assistência médica ao ex-empregado aposentado e demitido sem justa causa ou o ex-empregado demitido sem justa causa, desde que atendam às exigências previstas na Lei 9.656/98, especialmente pelos artigos 30 e 31, assim como às disposições contratuais vigentes no Contrato Coletivo firmado. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Anualmente, a Companhia contrata uma consultoria para avaliação do passivo atuarial, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC, anexo à CVM nº 695, relativa à Extensão de Cobertura Médica decorrente dos artigos 30 e 31 da Lei 9656/98 e empregados afastados.

O passivo atuarial líquido do plano de benefício definido foi mensurado no valor de R\$ 20.484, em contrapartida de R\$ 17.294, em outros resultados abrangentes e R\$ 1.516, no resultado do exercício de 2020 (2019: R\$ 1.674).

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

26. Outras receitas (despesas) líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Créditos extemporâneos (a)	23.821	22.978	23.821	22.978
Honorários de êxito	1.219	(1.294)	1.219	(1.294)
Variação no valor justo das propriedades para investimento (b)	(3.909)	46.068	(3.909)	46.068
Consultoria e projetos de pesquisa	(50)	(745)	(50)	(745)
Resultado na venda/baixa de ativos	(10.377)	(4.850)	(10.377)	(4.850)
Operações descontinuadas	(1.059)	2.661	(1.059)	2.661
Contingências líquidas	(5.164)	(5.415)	(5.164)	(5.415)
Provisão/ perdas em estoque	(7.072)	(4.948)	(7.072)	(4.948)
Outras despesas, líquidas	(3.121)	(31.610)	(26.304)	(31.152)
	(5.712)	22.845	(28.895)	23.303

(a) Refere-se, substancialmente, a créditos extemporâneos de ICMS na reapuração de regimes especiais de massas e biscoitos.

(b) Unidade fabril localizada em Maceió, desativada em 2019.

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Ajuste a valor de mercado (derivativos)	8.794	10.441	8.794	10.441
Variações monetárias e cambiais ativas	44.560	32.321	44.560	32.321
Rendimentos de aplicações financeiras	1.248	1.586	1.248	1.586
Outras receitas financeiras	2.470	5.715	2.588	5.820
	57.072	50.063	57.190	50.168
Despesas financeiras				
Ajuste a valor de mercado (derivativos)	(13)	(10.633)	(13)	(10.633)
Variações monetárias e cambiais passivas	(45.433)	(33.206)	(45.433)	(33.206)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(40.839)	(35.679)	(40.839)	(35.679)
Outras despesas de juros	(8.662)	(13.473)	(9.819)	(13.473)
Tarifas bancárias	(328)	(489)	(381)	(488)
Outras despesas financeiras	(7.944)	(21.265)	(7.951)	(24.391)
	(103.219)	(114.745)	(104.436)	(117.870)
Resultado financeiro	(46.147)	(64.682)	(47.246)	(67.702)

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

Valor justo

Os valores justos estimados de ativos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, foi requerido um considerável julgamento na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- *Nível 1* — Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- *Nível 2* — Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- *Nível 3* — Inputs para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia mantinha contratos de “*swap*” registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no nível 2 e não houve mudança entre níveis ao longo do exercício.

Os valores justos dos financiamentos registrados nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores contábeis em virtude de as operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Seguem os ativos e os passivos financeiros:

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

a) Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)--Continuação

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros:				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Bancos conta movimento	8.459	10.245	8.459	10.245
Depósitos bancários de curto prazo	54.555	50.818	54.555	50.818
Aplicações financeiras	13.544	-	13.544	-
<u>Custo amortizado</u>				
Contas a receber de clientes	130.597	205.621	130.597	205.621
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	127.887	187.331	127.887	187.331
Ativos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operação de "swap"	-	8.510	-	8.510
	335.042	462.525	335.042	462.525
Passivos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Empréstimos e financiamentos	474.823	596.040	456.179	594.899
Debêntures	161.653	149.574	161.653	149.574
Fornecedores	121.347	189.516	121.347	189.516
Arrendamentos	33.949	48.100	33.949	48.100
Empréstimos e outras contas a pagar a partes relacionadas	6.915	34.124	6.915	34.124
Passivos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operação de "swap"	-	5.508	-	5.508
	798.687	1.022.862	780.043	1.021.721

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

a) Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)--Continuação

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Ativos financeiros:</u>				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Bancos conta movimento	27.789	16.340	27.789	16.340
Depósitos bancários de curto prazo	54.682	50.877	54.682	50.877
Aplicações financeiras	13.544	-	13.544	-
<u>Custo amortizado</u>				
Contas a receber de clientes	130.839	231.996	130.839	231.996
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	127.887	187.331	127.887	187.331
<u>Ativos financeiros derivativos</u>				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operação de "swap"	-	8.510	-	8.510
	354.741	495.054	354.741	495.054
<u>Passivos financeiros:</u>				
<u>Custo amortizado</u>				
Empréstimos e financiamentos	474.823	596.040	456.179	594.899
Debêntures	161.653	149.574	161.653	149.574
Fornecedores	118.800	235.859	118.800	235.859
Arrendamentos	33.949	48.100	33.949	48.100
Empréstimos e outras contas a pagar a partes relacionadas	-	9.939	-	9.939
<u>Passivos financeiros derivativos</u>				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operação de "swap"	-	5.508	-	5.508
	789.225	1.045.020	770.581	1.043.879

b) Objetivos para gestão de risco financeiro

Os principais ativos e passivos financeiros do Grupo referem-se a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, operações de *swap*, debêntures e empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração fornece garantia à alta Administração da Companhia de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que estes são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos a seguir.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures, derivativos e fornecedores.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e do índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

A seguinte premissa foi adotada no cálculo das análises de sensibilidade: a sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas, conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e os passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial CDI e TJLP.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Instrumentos de taxa fixa</u>				
<u>Passivos financeiros</u>				
Empréstimos e financiamentos	(89.104)	(131.700)	(89.104)	(131.700)
	(89.104)	(131.700)	(89.104)	(131.700)
<u>Instrumentos de taxa variável</u>				
<u>Ativos financeiros</u>				
Depósitos bancários de curto prazo	54.555	50.818	54.682	50.877
Aplicações financeiras	13.544	-	13.544	-
Derivativos	-	8.510	-	8.510
<u>Passivos financeiros</u>				
Empréstimos e financiamentos	(385.719)	(464.340)	(385.719)	(464.340)
Debêntures	(161.653)	(149.574)	(161.653)	(149.574)
Derivativos	-	(5.508)	-	(5.508)
	(479.273)	(560.094)	(479.146)	(560.035)

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros fixa

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros variável

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	<u>Aumento/(redução) em %</u>	<u>Efeito no prejuízo antes da tributação</u>
31/12/2020	(25%) (50%)	(5.375) (10.749)
31/12/2019	(25%) (50%)	(10.160) (20.320)

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro oscilar devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais e empréstimos em moeda estrangeira.

Atividades operacionais

Em geral, o Grupo protege de 80% a 100% de sua exposição esperada de moeda estrangeira em relação a suas compras de trigo realizadas para os próximos três meses. O Grupo não tem exposição em moeda estrangeira nas contas a receber de clientes e o principal contas a pagar a fornecedores em moeda estrangeira refere-se ao trigo.

Os principais montantes dos empréstimos bancários do Grupo em Dólar, cuja moeda funcional é o Real, foram completamente protegidos, utilizando-se da modalidade de *swap*, e os contratos vencem nas mesmas datas em que os empréstimos vencem.

Exposição à moeda estrangeira

Para os empréstimos em moeda estrangeira, o Grupo contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap*. Em 31 de dezembro de 2020, não há operações em moeda estrangeira com contratação de instrumentos financeiros derivativos. Os últimos contratos foram liquidados em maio de 2020.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Risco de câmbio--Continuação

31 de dezembro de 2020	Valor Notional	Valor justo		Resultado no exercício
		Ativo financeiro derivativo	Passivo financeiro derivativo	
Risco de taxa de câmbio				
Instrumentos financeiros	-	-	-	8.781
	Circulante	-	-	
	Não circulante	-	-	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou um resultado financeiro positivo de R\$ 8.781 (2019: R\$ 192). Todos os contratos de instrumentos financeiros derivativos foram liquidados em maio de 2020.

Segue a exposição líquida do Grupo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira	-	30.192	-	30.192
Fornecedores	41.711	73.621	39.065	119.883
Contratos de <i>swap</i>	-	(30.192)	-	(30.192)
Exposição líquida	41.711	73.621	39.065	119.883

	Aumento/(redução) em %	Efeito no prejuízo antes da tributação	
		Controladora	Consolidado
31/12/2020	25%	10.428	9.766
	50%	20.855	19.532
31/12/2019	25%	18.405	29.971
	50%	36.811	59.942

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade dos preços de certas *commodities*. Suas atividades operacionais requerem aquisição de trigo e açúcar para produção de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas *commodities*, a Companhia desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de *commodities*.

A Companhia monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Risco de preço de commodities--Continuação

A Companhia buscou proteção à alta dos preços alongando seus estoques, firmando contratos de fornecimento com preços fixos antecipadamente e reposicionando seus preços de venda, além de operar com contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura.

Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada às condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contava com 6 clientes (2019: 11 clientes) que deviam mais de R\$ 3.000 cada e eram responsáveis por 35,17% (2019: 45,19%) de todos os recebíveis.

Dos clientes ativos da Companhia, 69,25% (2019: 52,5%) vêm operando há mais de dois anos, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se esses clientes são atacadistas, varejistas ou outros clientes. Clientes que são ranqueados como "risco alto" são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pelo comitê de gestão de risco, e as vendas são realizadas somente com pagamento à vista. Não houve alterações relevantes da política de crédito da Companhia.

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis na data do relatório por tipo e por dependência de cliente foi:

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Contas a receber--Continuação

Risco de crédito – tipo de cliente	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Clientes – Atacado	114.799	182.159	114.799	182.159
Clientes – Varejo	20.666	30.819	20.666	30.819
Outros clientes	2.807	2.516	3.049	28.891
	138.272	215.494	138.514	241.869

Risco de crédito – concentração de carteira	Consolidado			
	31/12/2020	%	31/12/2019	%
Maior cliente	27.471	19,8	47.231	19,5
2º a 11º maior cliente	32.454	23,4	49.694	20,5
12º a 50º maior cliente	29.236	21,1	49.955	20,7
Demais clientes	49.353	35,6	94.989	39,3
	138.514	100,0	241.869	100,0

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos e expectativas de perdas na realização das contas a receber.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta Nota. A Companhia conta com garantias para aproximadamente 37% (2019: 50%) de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores, os quais estão inseridos no grupo Clientes – Atacado.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente, em aplicações financeiras de curto prazo e de baixo risco nas principais instituições financeiras. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano, mas sujeito à aprovação do Comitê de Finanças da Companhia. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é o valor registrado como demonstrado nesta nota explicativa.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A prática da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e arrendamentos.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo de empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados, respectivamente, nas Notas 17 e 18.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Não ocorreu alteração no capital social da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro 2020. Também não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o mesmo exercício anterior.

29. Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as apólices da Companhia em vigor retratam as seguintes coberturas:

Modalidade:	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Responsabilidade civil (a)	16.000	16.000
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	321.418	319.345
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	250.531	489.800
	587.949	825.145

(a) Limitado a R\$ 8.000 por sinistro ou ocorrência.

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques são considerados suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

30. Eventos Subsequentes

Análise dos efeitos da COVID-19

A Administração realizou uma avaliação, até a data de publicação desta demonstração contábil, e não identificou outras atualizações relevantes a serem divulgadas, decorrente dos impactos causados pela COVID-19 nas operações e na posição financeira individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

* * *

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Declarações dos Diretores sobre as demonstrações contábeis

Declaramos, na qualidade de diretores da J.Macêdo S.A., sociedade por ações com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, CEP 60.180-415, inscrita no CNPJ sob o nº 14.998.371/0001-19, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório do auditor independente e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

J. MACÊDO S.A.
COMPANHIA ABERTA – CVM: 2115-6
CNPJ: 14.998.371/0001-19
NIRE: 23.3.0002679-9

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA, FINANÇAS E RISCO
REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2021 – (1ª/2021)

DATA, HORÁRIO E LOCAL: No dia 08 de março de 2021, às 14h, na sede da Companhia, situada na Rua Benedito Macêdo, nº 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, CEP 60.180-900.

PRESENCAS: A totalidade dos membros do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco, conforme assinaturas lançadas ao final desta ata.

ORDEM DO DIA: Analisar, discutir e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas empresas controladas, encerrado em 31 de dezembro de 2020.

COMPOSIÇÃO DA MESA: **Amarílio Proença Macêdo** – Coordenador Executivo do Comitê e da Mesa; **Roberto Proença de Macêdo; Bruno Macêdo Rosa e Alexandre José Afexe** – Membros do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco.

DELIBERAÇÕES: Os membros do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco da J. Macêdo S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório da administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2020”) e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, aprovam, por unanimidade, as Demonstrações Financeiras Anuais de 2020, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.

ASSINATURAS: **Amarílio Proença Macêdo** (Coordenador Executivo do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco); **Roberto Proença de Macêdo, Bruno Macêdo Rosa e Alexandre José Afexe** (Membros do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco), conforme constante em livro próprio.

A presente ata é cópia fiel da via original lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco da Companhia.

Fortaleza, 08 de Março de 2021.

AMARÍLIO PROENÇA MACÊDO
Coordenador Executivo do Comitê de
Auditoria, Finanças e Risco da Companhia.